REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE DIREITO

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DO CURSO DE DIREITO DA UFRN

NATAL
AGOSTO/2006

COMISSÃO GERAL DE ELABORAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DO CURSO DE DIREITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Prof. Carlos Roberto Miranda Gomes;
Prof. Xisto Tiago de Medeiros Neto;
Prof. Vladimir da Rocha França;
Prof. Morton Luiz Faria de Medeiros;
Prof. Igor Alexandre Felipe de Macedo e
Daniel Araújo de Oliveira (acadêmico)

I – INTRODUÇÃO

V – SUGESTÕES GERAIS:

1) Realização, sob a responsabilidade da Coordenação, de reuniões periódicas, pré-agendadas, para análise e adoção de medidas adequadas diante dos problemas e questões administrativas do curso;

2) Sistematização e exame das avaliações de mérito dos professores e alunos, em face dos objetivos do curso;

3) Estabelecimento de sistema de acompanhamento e controle com relação à ausência de professores, assiduidade, cumprimento da carga-horária mínima, atendimento aos programas e conteúdo das disciplinas e didática adotada;

4) Criação de sistema de registro de ocorrências e reclamações relativas ao funcionamento do curso;

5) Disponibilização de mais espaço físico no âmbito da administração do curso;

6) Atualização e sistematização das informações sobre o curso disponibilizadas na página da UFRN mantida na rede de informações;

7) Realização de campanhas e iniciativas visando a aquisição de livros e periódicos jurídicos para a Biblioteca;

8) Apresentação aos alunos novatos, em cada início do semestre, dos objetivos do curso e sua estrutura, das informações básicas sobre o funcionamento, matriz curricular e corpo docente.

9) Reconhecimento oficial das iniciativas do Curso de Direito da UFRN promovidas pelos alunos, como os projetos desenvolvidos pelo Centro Acadêmico Amaro Cavalcanti, a Simulação de Organizações Internacionais, a Revista In Verbis e a Simulação de Tribunais Constitucionais.

INTRODUÇÃO

Este Projeto Político-Pedagógico resultou de discussões coletivas realizadas no âmbito do Curso de Direito, através de seus departamentos e colegiado do curso, de estudos e reuniões que culminaram com a participação da Pró-Reitoria de Graduação, que assessorou a comissão de elaboração nas diversas etapas do trabalho. Para isto, contamos com a participação de docentes e discentes que enriqueceram as discussões estabelecendo contatos sistemáticos com outras instituições de ensino da área de direito assim como, na análise de documentos saídos de encontros realizados pelas várias instituições comprometidas com a reformulação do currículo e a qualidade do ensino jurídico no Brasil, entre outras a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.

Após várias reuniões foi constituída uma Comissão de professores e representante acadêmico para a elaboração do PPP obedecendo a Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, as diretrizes curriculares para os cursos de Direito e os termos da Resolução nº. 9, da Câmara de Educação Superior.

No decorrer das discussões foi de fundamental importância o relatório feito pela Pró-Reitoria de Planejamento quando da auto-avaliação do curso de direito – oficina de trabalho - feita pelo Programa de Avaliação da Universidade Brasileira (PAIUB) cujos resultados permitiram considerações no diagnóstico e no redimensionamento do curso.

Assim, durante o processo de elaboração do Projeto Político-Pedagógico do curso de direito da UFRN fizemos vê a todos, professores e representantes discentes, que a proposta não se constitui num documento formal, feito para representar um sentimento e em seguida arquivado para posterior reformulação. Sua realização é um desafio para todos e dependerá do entusiasmo e do compromisso de cada um, bem como da capacidade de desapego das fórmulas cômodas.

Considerando-se as novas políticas de graduação é fundamental o compromisso do colegiado e departamentos do curso na fiscalização da implantação da nova proposta tendo em vista às proposições assumidas neste projeto.

Sabemos que existe uma distância entre um documento formal e sua aplicação no entanto, tratando-se de um projeto que pretende modificar uma realidade, não podemos deixar de considerar as adversidades, as condições de trabalho oferecidas aos professores, servidores e administradores da instituição.

O desafio é para todos, a abertura para uma nova concepção pedagógica requer cursos de qualificação para o corpo docente, auto-avaliação, avaliação continuada no que diz respeito a formação do

profissional do direito assim como condições materiais e humanas para a condução das propostas.

Nesse sentido procuramos adequar a estrutura curricular à nova realidade social, ao desenvolvimento tecnológico e as condições do mercado, de forma que o profissional do direito possa atuar com ética e moral naquilo que se propõe a realizar.

HISTÓRICO DO CURSO

O Curso de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte iniciou sua história com a Faculdade de Direito de Natal, instituída pela Lei Estadual nº. 149, de 15 de agosto de 1949, sancionada pelo então governador José Augusto Varela. Em 23 de abril de 1951 o Decreto n. 2138 é assinado pelo Vice Governador do Estado, Dr. Sílvio Pedrosa e subscrito pelo Secretário Geral do Estado, Dr. Américo de Oliveira Costa, aprovando o regulamento da faculdade de Direito de Natal. De acordo com o regulamento, a Faculdade de Direito seria mantida pelo Governo do Estado e se destinava ao ensino das ciências jurídicas e sociais, em curso de bacharelado, com duração de cinco anos.

Mas foi apenas em 1954, através do Decreto Federal nº. 36.387, de 25 de outubro, assinado pelo Presidente da República, o potiguar João Café Filho, que a Faculdade foi autorizada a funcionar com o curso de Bacharelado, tendo sido instalada em 21 de dezembro do mesmo ano, em sessão solene realizada em sala de congregação de professores do Instituto de Educação do Atheneu Norte-rio-grandense.

Em 1955 ocorreu o primeiro vestibular e dos 105 candidatos foram aprovados 36. O primeiro grupo de alunos, logo após a aprovação, em 12 de março do mesmo ano, fundou a entidade representativa do corpo discente do curso, o Centro Acadêmico Amaro Cavalcanti, em homenagem ao único jurista potiguar que ocupou o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

No dia 02 de março de 1956 o Diretório Acadêmico promove seu primeiro "trotre" dos calouros. No mesmo ano fez publicar várias edições da "Tribuna Acadêmica" sob a direção do acadêmico Ivan Maciel de Andrade.

Em 1962 instalou-se o Departamento de Prática Jurídica (DPI) da Faculdade, baseado em experiência da Pontifícia Universidade Católica (PUC) graças ao diretor à época, prof. Otto de Brito Guerra.

O Curso de Direito da UFRN obteve seu reconhecimento em 15 de maio de 1957, pelo Ministro da Educação e Cultura e funcionava em prédio que foi doado pelo governo federal em 13 de abril de 1957 através da Lei Federal n. 1848.

Em 1974, com a reforma do ensino superior, processou-se a transferência da Faculdade de Direito para o Campus Universitário e passou a se chamar Curso de Direito, onde funciona até hoje.

O Curso pertence ao Centro de Ciências Sociais e Aplicadas (CCSA), funcionando no setor administrativo I nos turnos matutino e noturno.

Em 1994, atendendo a Portaria n. 1886/MEC foi criado o Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) para atender os alunos da Prática (Estágio Supervisionado)

Em 1998 foi formada a primeira turma de mestrado, composta, exclusivamente, por docentes do curso, em seguida surgiram novas turmas desta feita atendendo aos anseios da comunidade.

Com o curso de pós-graduação surgiu a necessidade e as condições para a formação de uma base de pesquisa o que veio acontecer em 2001, fruto de convênio firmado entre o curso de direito da UFRN e a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. Atualmente o curso conta com pesquisas na área de petróleo e gás por intermédio do Programa de Formação de Recursos Humanos em Direito do Petróleo e Gás Natural PRH ANP/MCT.

Até pouco tempo o curso funcionava através de dois Departamentos - de Direito Público e de Direito Privado. Com a nova proposta pedagógica esses departamentos passaram a se denominar de Departamento de Direito Privado e Prática Jurídica e Departamento de Direito Público e Coletivo, sob uma coordenação.

Desde o início de suas atividades, o Curso de Direito da UFRN teve uma importante contribuição na luta por justiça, democracia e liberdade, oferecendo resistência aos atos opressores, na defesa dos ideais de um Estado Democrático de Direito.

Ao Rio Grande do Norte, o Curso de Direito da UFRN sempre prestou uma relevante contribuição, auxiliando no desenvolvimento do Estado com a formação de grandes juristas e com o desenvolvimento de programas educacionais sobre cidadania.

Assim, o Curso de Direito da UFRN é reconhecido não apenas pela qualidade na formação acadêmica, mas pelo seu papel na história e por oferecer aos seus alunos uma graduação que reúne os estudos dos aspectos práticos e teóricos do Direito.

JUSTIFICATIVA

O atual currículo do Curso de Direito da UFRN teve início no ano de 1994 em obediência à Portaria 1886/94 – MEC. O contexto a que o currículo tinha que atender difere consideravelmente do atual. Naquele momento as transformações sociais se davam mais lentamente tendo em vista que a Constituição Federal ou Cidadã havia a apenas seis anos e o direito derivado desta começava a se delinear. No que concerne ao ensino de graduação se nos limitarmos às diferenças que afetam o trabalho do docente teremos, atualmente, um corpo docente que se distingui pelo alto grau de titulação, embora estejamos contando com um grande percentual de professores substitutos sem titulação.

A proposta apresentada para a nova matriz curricular do Curso de Direito resultou de minucioso estudo, revisão e atualização do conteúdo e disposição das disciplinas integrantes da estrutura curricular, com a colaboração de professores das várias áreas de conhecimento, objetivando-se essencialmente a adaptação do projeto pedagógico às orientações e normas constantes da Resolução nº 9 de 29.09.2004**,** da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, do Ministério da Educação, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacional do Curso de Graduação em Direito, destacando-se: a inserção no currículo e sistematização das disciplinas obrigatórias que compõem o eixo de formação fundamental, envolvendo conteúdos sobre Antropologia, Ciência Política, Economia, Ética, Filosofia, História, Psicologia e Sociologia; a distribuição das mencionadas disciplinas, de acordo com a carga horária necessária, ao longo dos semestres iniciais do curso, dentro do possível atendendo-se à compatibilidade entre o conteúdo e o nível de compreensão exigido dos alunos em relação aos respectivos semestres, evitando-se a excessiva e inadequada concentração destas disciplinas apenas nos dois primeiros semestres.

Na tentativa de dar respostas às necessidades prementes de nosso tempo tentamos eliminar as principais distorções identificadas na atualidade, quanto ao universo das disciplinas, observamos a desatualização e descontextualização do conteúdo de algumas disciplinas; a superposição de conteúdo entre disciplinas de uma mesma área; a insuficiência ou excesso de carga horária em face do programa correspondente a determinadas disciplinas; a impropriedade do oferecimento de algumas disciplinas em relação ao nível do semestre, em face do conteúdo do programa, grau de complexidade e observação da seqüência lógica da localização, diante do conjunto de matérias; a inclusão

ou exclusão indevida de certas disciplinas no grupo daquelas consideradas obrigatórias ou optativas; a inconsistência da indicação ou omissão de disciplinas eleitas como pré-requisito para outras disciplinas; a ausência de limites quanto ao número máximo e mínimo, por semestre, de disciplinas e créditos; as deficiências das a ausência de limites quanto ao número máximo e mínimo, por semestre, de disciplinas e créditos; as deficiências das disciplinas referentes ao programa de Estágio de Prática Jurídica; o desestímulo pertinente à elaboração de pesquisa jurídica e do trabalho de conclusão do curso.

No que diz respeito ao Estágio Supervisionado propomos a ampliação das atividades de Prática tendo em vista que atualmente se resume em atendimento que envolve apenas Direito de Família, para isto ampliaremos os convênios com instituições públicas e privadas que possam nos oferecer ambiente adequado e acompanhamento com profissionais capacitados e comprometidos com a aprendizagem, a ética, a moral e os bons costumes.

A atual proposta de PPP do curso de direito inova quando especifica três eixos temáticos de inserção de disciplinas optativas nas áreas de Direito Administrativo-Econômico, Direito Civil-Constitucional e Direito do Petróleo, a fim de facilitar o direcionamento do aluno para áreas específicas de sua preferência, inclusive com o objetivo de incentivar a pesquisa científica – com preparação e direcionamento para a pós-graduação – e a realização do trabalho de conclusão de curso, e conferir prioridade às respectivas disciplinas quanto ao seu oferecimento pelos departamentos. Ainda, considerando as disciplinas optativas a comissão optou pela reelaboração do rol e programas das disciplinas com a preocupação voltada para a relevância e interesse em face da realidade.

Desta forma, caminhamos para atendermos as novas exigências da sociedade e avanço do conhecimento na área jurídica, destacando a importância de temas como os Direitos Humanos, que serão objeto de estudo de uma nova disciplina específica, e as organizações internacionais na compreensão da nova visão de mundo.

DIAGNÓSTICO DO CURSO

Durante a elaboração deste Projeto, foram analisados e discutidos vários relatórios sobre a atual situação do Curso de Direito da UFRN. Dentre eles estavam a Auto-Avaliação, realizada em oficina de trabalho, promovida pelo Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras e a Avaliação dos Professores em 2001, do Centro Acadêmico Amaro Cavalcanti, além das experiências dos integrantes da Comissão.

Não podemos esquecer de fazer referências a respeito da situação que se encontra a universidade pública brasileira, em particular o curso de direito da UFRN, destacando-se, em especial, as perdas de recursos materiais e humanos dos últimos anos. Nesse sentido, o curso de direito que oferece noventa por cento de suas disciplinas através dos seus departamentos, enfrenta, hoje, uma verdadeira evasão de profissionais que se afastam de seus quadros, ora para assumirem funções que não permitem a presença do professor em sala de aula, ora em virtude de aposentadorias e ainda, por se tratar de um curso cujos docentes na maioria das vezes exercem funções na magistratura, no ministério público e a carga horária desses profissionais se resume a vinte horas, criando grandes dificuldades no preenchimento das vagas abertas para concursos.

Hoje, o curso de direito funciona com mais de cinqüenta por cento do seu corpo docente em regime de contratação temporária, com um agravante, profissionais, embora dedicados, com titulação de graduação.

Por outro lado, como fato positivo a ser considerado, o quadro de professores efetivos, valendo-se da política de incentivo a qualificação docente dos últimos anos, é formado de mestres e doutores o que sinaliza a possibilidade da melhoria da qualidade do ensino.

Ainda positivo se faz registrar o funcionamento da pós-graduação, despertando entre nós o interesse pela pesquisa e extensão, resultando no aumento quantitativo e qualitativo da produção acadêmica, embora, dado o número reduzido de profissionais qualificados, resulte em acúmulo de trabalho tendo em vista as funções de ensino na graduação e na pós-graduação, pesquisa e administração refletindo, certamente maior prejuízo para a graduação.

Vale lembrar que os departamentos já oferecem de forma sistemática cursos de pós-graduação latu sensu atendendo de forma satisfatória os egresso do curso.

Sob o ponto de vista da qualidade do ensino, o curso de direito de UFRN tem dado respostas positivas nos resultados divulgados pelo MEC, as avaliações aplicadas pelo ENADE mostram que os discentes absorvem bem o conteúdo exposto em sala de aula.

No que diz respeito ao currículo atual sua estruturação merece um exame. Facilmente se identifica distorções como desatualização e descontextualização do conteúdo de algumas disciplinas, assim como, ausência de conteúdos que venham atender aos anseios da sociedade contemporânea e as aspirações dos graduandos ansiosos por melhorar suas perspectivas profissionais. O avanço da tecnologia gera novas demandas judiciais com isso, novas jurisprudências, novas leis e interpretações diferenciadas para o mesmo caso O profissional do direito precisa caminhar lado a lado com o desenvolvimento e gerar novas oportunidades de trabalho, para isso a universidade precisa propiciar ao graduando suporte teórico, técnico que permitam o confronto com as transformações sociais, o envolvimento com a comunidade e a resolução das demandas.

E fácil perceber que, em vigor a mais de uma década, o atual currículo não avançou na tríade ensino-pesquisa e extensão, tem se limitado à sala de aula a fim de atender ao excesso de carga horária de algumas disciplinas o que provoca, muitas vezes, superposição de conteúdos entre disciplinas de uma mesma área assim como, a inclusão ou exclusão de conteúdos naquelas que estão no grupo das consideradas obrigatória ou optativas. O estágio supervisionado encontra-se no rol das disciplinas obrigatórias fazendo com que o graduando cumpra a carga horária, em quase sua totalidade, em sala de aula, dificultando novas oportunidades de conhecimentos que possam ser adquiridos fora da sala de aula, o que reflete fortemente na formação do aluno.

Reflexo disso está nos trabalhos de conclusão de curso –TCC- os alunos, na maioria, não fazem uso de fontes de pesquisa a não ser pesquisa bibliográfica.

Por outro lado, o atual currículo não atende às exigências da resolução n. 9/2004 no que diz respeito às disciplinas que compõem o eixo de formação fundamental. Apesar de existir uma preocupação com a formação humanística do profissional do direito, falta-lhe conhecimento na área da antropologia e da psicologia assim como, uma melhor distribuição das disciplinas e da carga horária no decorrer dos semestres de forma a atender, da melhor maneira possível, a compatibilidade entre o conteúdo e o nível de compreensão.

Esses indicadores são suficientes para que se chegue a uma conclusão clara da necessidade de reformulação do atual currículo, precisamos introduzir conteúdos que atendam as novas demandas sociais, o mercado de trabalho globalizado, que possam articular teoria e prática facilitando a introdução do bacharel em direito no campo profissional.

METODOLOGIA

Considerando a descontextualização do atual currículo a comissão de elaboração do Projeto-Político Pedagógico do curso de direito procurou organizar a nova estrutura curricular de forma a corresponder às exigências da Resolução n. 9/2004-CNE-MEC assim como, eliminar possíveis distorções na distribuição das disciplinas ao decorrer dos semestres iniciais proporcionando ao discente do curso de direito uma aprendizagem adequada e compatível com o nível de conhecimento adquirido nos primeiros níveis do curso.

Assim, se buscou aperfeiçoar as ementas correspondentes a cada disciplina tendo para isso, contado com professores das áreas correspondente a cada uma delas, os quais opinaram sobre a carga horária e o grau de complexidade tendo em vista a compreensão exigida dos alunos em relação ao nível oferecido e a inadequada concentração em determinados semestres.

Desta forma, foram centrados esforços na construção de uma estrutura curricular capaz de observar a seqüência lógica e complexa do ordenamento jurídico e que viabilizasse uma formação sólida do bacharel em direito.

As disciplinas que compõem o eixo de formação fundamental contemplam uma formação humanística, ética e moral compatíveis com as exigências de um profissional da área jurídica.

A estrutura curricular contempla ainda, disciplinas que formam um conjunto de conhecimentos jurídicos de maneira a garantir o perfil desejado do egresso e o desenvolvimento das competências e habilidades esperadas.

Dentre as disciplinas que compõem o chamado eixo profissional, obrigatórias ou optativas, a estrutura curricular foi organizada de forma que fosse eliminado a superposição de conteúdos, o excesso de carga horária e a inconsistência da indicação ou omissão de disciplinas eleitas como pré-requisitos para outras disciplinas.

Considerando o perfil generalista do bacharel em direito, as disciplinas profissionalizantes foram distribuídas de acordo com a compatibilidade entre os conteúdos e os conhecimentos adquiridos nos semestres anteriores, possibilitando o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos e estimulando a relação ensino- aprendizagem..

No conjunto de disciplinas optativas procurou-se relacionar aquelas que possibilitam fortalecer o conhecimento específico de uma área assim como, aquelas que vem ao encontro dos anseios das causas sociais mais recentes quais sejam, meio ambiente, urbanismo, organizações

internacionais entre outras que serão submetidas à escolha dos alunos de acordo com a orientação acadêmica oferecida pelo curso.

OBJETIVOS DO CURSO

O Curso de Direito da UFRN busca a formação de um corpo discente que domine o conhecimento jurídico, mas que não descuide do aspecto crítico e ético que todo profissional desta área deve ter.

Além disso, o Curso deve considerar o contexto social e sua capacidade como agente transformador da realidade e, dessa forma, atuar para construir uma sociedade justa.

O presente projeto, em consonância com seus objetivos gerais enunciados anteriormente, busca:

● Estudar o Direito com uma visão ampla de suas diversas áreas;

● Incentivar a participação acadêmica em trabalhos de pesquisa e extensão;

● Estimular a formação humanista do aluno para que este entenda a realidade social e seja um agente transformador;

● Desenvolver um conhecimento jurídico multidisciplinar, relacionando o estudo entre as diversas áreas jurídicas e as sociais.

PERFIL DO PROFISSIONAL

O profissional da área jurídica formado pelo Curso de Direito da UFRN deve ser, antes de tudo, um humanista comprometido com a construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

Em decorrência disso, o corpo discente desejado pelo Curso deve apresentar um comportamento ético, correspondente ao que a sociedade espera dos que atuam na área jurídica.

Todavia, não se pode deixar de exigir o domínio do conhecimento jurídico, mas não da mera técnica, descomprometida com a realidade social.

É necessário que o profissional exerça uma atividade crítica do Direito e, ao mesmo tempo, criadora, segundo as demandas sociais.

Também não é possível que o aluno do Curso de Direito da UFRN tenha conhecimento apenas dos aspectos teóricos das disciplinas. O bacharel deve entender os elementos da prática jurídica, pois só assim poderá exercer bem a profissão que escolheu.

Além disso, considerando o ambiente universitário, é importante que o aluno seja partícipe de trabalhos de pesquisa e extensão, não se prendendo às atividades desenvolvidas em sala de aula.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

Os alunos são destinatários e partícipes das atividades desenvolvidas no Curso. No entanto, devem ter consciência de que têm um compromisso social, uma vez que estudam em uma universidade pública.

O corpo discente deve primar pelo estudo do Direito, sem esquecer da crítica e da interdisciplinaridade.

A dedicação ao Curso é de suma importância, mas não deve se esgotar no ato de memorizar leis e códigos, pois a atividade do profissional do Direito é mais ampla que esta. O estudo jurídico deve se pautar pela atividade reflexiva e pelos cuidados com os aspectos práticos das disciplinas.

Durante as aulas, a postura do aluno deve ser de partícipe, pois a ação do docente não é uma construção isolada.

O estudante deve também aproveitar o ambiente acadêmico para desenvolver trabalhos de pesquisa e extensão, colaborando com o

enriquecimento dos debates doutrinários e investigando os aspectos jurídicos e afins dos problemas sociais.

Dessa forma, é necessário que o aluno desenvolva as seguintes competências e habilidades:

● Conduta ética associada à responsabilidade social e profissional;

● Compreensão do Direito, com seus fundamentos e princípios gerais;

● Consciência dos problemas sociais, no âmbito local, regional, nacional e internacional;

● Capacidade para desenvolver soluções adequadas aos conflitos individuais e coletivos;

● Desenvolvimento do raciocínio, argumentação e da reflexão crítica;

● Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização de normas técnico-jurídicas;

● Interpretação e aplicação do Direito;

● Pesquisa e utilização da jurisprudência, da legislação, da doutrina e de outras fontes do Direito;

● Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;

● Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

Os professores cumprem uma importante função na estrutura do Curso, pois são os responsáveis direto pela formação dos alunos. O corpo docente precisa estar ciente dessa missão e se comprometer a cumpri-la com seriedade.

A atividade educacional desenvolvida no Curso de Direito da UFRN deve ser guiada pela visão humanista e ética do Direito.

Além disso, o professor deve ensinar a dogmática jurídica de maneira crítica, analisando a norma em uma concepção sistemática, destacando a perspectiva constitucional, sem descurar dos aspectos práticos, já que o aluno deve ser preparado para o exercício profissional.

O docente não deve esquecer que o Direito é uma construção histórica e que entra em contato com vários ramos do conhecimento humano e, portanto, o ensino jurídico precisa contemplar uma análise multidisciplinar.

As aulas são um exercício de liberdade de cátedra, mas o professor não deve se afastar de suas obrigações, prezando pelos debates para que o conhecimento possa ser construído de maneira plural.

Também não se pode olvidar que a universidade não é apenas um ambiente de ensino. A pesquisa e a extensão devem ser estimuladas e o professor precisa se empenhar no desenvolvimento de atividades que levem à expansão do conhecimento jurídico, notadamente para fora do ambiente exclusivamente acadêmico.

DA APLICAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

Este projeto destina-se aos alunos matriculados a partir do semestre letivos 2007.1, não sendo permitido a migração do currículo antigo para o atual. Em caso de transferência, os currículos serão submetidos a análise e parecer do Colegiado do Curso.

DISCIPLINAS OPTATIVAS

DISCIPLINA	CÓDIGO	PRÉ-REQUISITO	CRÉDITOS	HORAS/AULA
Direito Ambiental	DPV 0119	15; 30	04	60
Direito Econômico	DPV 0120	15; 20; 30	02	30
Direito Administrativo III		30	04	60
Direito Tributário Aplicado		41	04	60
Direito Financeiro		41	02	30
Direito da Criança, Adolescente e Idoso	DPV 0036	15; 34	02	30
Direito Internacional Privado	DPR 0015	14; 39	02	30
Direito Eleitoral	DPV 0116	15	02	30
Direito da Seguridade Social	DPR 0016	15; 30; 35	04	60
Direito Agrário	DPR 0017	29	02	30
Direito Urbanístico		15; 30	02	30
Direito das Organizações Internacionais		46	02	30
Contratos e Indústria de Petróleo e Gás Natural			03	45
Responsabilidade Civil e Indústria do Petróleo e Gás Natural	DPR 0125		03	45
Arbitragem e Mediação	DPV 0129		03	45
Direito Tributário e Indústria do Petróleo e Gás Natural	DPV 0130		03	45
Introdução à Indústria do Petróleo e Gás Natural	DPV 0130		03	45
Legislação da Indústria do Petróleo e Gás Natural	DPV 0133		03	45
Direito Ambiental e Indústria do Petróleo e Gás Natural	DPV 0134		03	45
Direito do Consumidor e Indústria do Petróleo e Gás Natural	DPR 0126		03	45
Direito e Globalização	DPV 0132		03	45
Fundamentos sobre Petróleo e Gás	DPV 0131		03	45
Direito do Trabalho e Indústria do Petróleo e Gás Natural	DPR 0127		03	45

VIII –PROGRAMAS DAS DISCIPLINAS

DISCIPLINA: **DIREITO CIVIL I**

CÓDIGO: DPR 100 CRÉDITOS: 06 CARGA HORÁRIA: 90 h

PRÉ-REQUISITOS: Introdução ao Estudo do Direito e Sociologia e Antropologia Geral

EMENTA: proporcionar o acesso ao conhecimento de noções introdutórias e gerais acerca do estudo do direito privado, sua evolução, institutos e princípios básicos, sob a visão constitucional contemporânea, abordando a aplicação da lei no tempo e no espaço, os sujeitos de direito, o objeto das relações jurídicas, os fatos, atos jurídicos e negócios jurídicos e sua ilicitude, a prova dos atos jurídicos, a prescrição e a decadência.

PROGRAMA:
1. O direito, sua estrutura e funções. Direito subjetivo e direito objetivo.
2. O direito civil, sua gênese e evolução.
3. Aplicação da lei no tempo.
4. Aplicação da lei no espaço.
5. Sujeitos de direito. Pessoa natural. Personalidade e capacidade.
6. Sujeitos de direito. Direitos da personalidade.
7. Sujeitos de direito. Pessoa jurídica. Classificação. Associações, sociedades civis e fundações. Desconsideração da personalidade jurídica.
8. Objeto da relação jurídica. Conceito de bens. Classificação. Bens corpóreos e incorpóreos, imóveis e móveis, fungíveis e infungíveis, consumíveis e inconsumíveis, divisíveis e indivisíveis, singulares e coletivos, comerciáveis e fora do comércio.
9. Dos fatos jurídicos. Noções gerais. O papel da autonomia da vontade.
10. Teoria do negócio jurídico. Conceito e classificação.
11. Teoria do negócio jurídico. Elementos essenciais.
12. Teoria do negócio jurídico. Representação.
13. Teoria do negócio jurídico. Elementos acidentais.
14. Teoria do negócio jurídico. Defeitos do negócio jurídico (erro, dolo, coação, fraude contra credores, lesão e estado de perigo).
15. Teoria do negócio jurídico. Invalidade (nulidade e anulabilidade). Simulação. Reserva mental
16. Do ato ilícito. Noções gerais. Abuso de direito.
17. Da prescrição e decadência.
18. Da prova.

DISCIPLINA: **DIREITO CIVIL II**

CÓDIGO: DPR 0101 CRÉDITOS: 04 CARGA HORÁRIA: 60 h

PRÉ-REQUISITOS: Direito Civil I

EMENTA: A disciplina apresenta os fundamentos e as noções básicas do direito obrigacional, enfocando o conceito, a evolução histórica, os elementos constitutivos, as fontes, as modalidades, o adimplemento e modos de extinção das obrigações, a inexecução e a transmissão das Obrigações jurídicas. Abordam-se as linhas teórico-interpretativas fundamentais, gerais e específicas sobre o tema, a partir da visão constitucional, propiciando a observação e a análise das regras jurídicas pertinentes, dispostas no Código Civil de 2002, conduzindo-se a sua aplicação para os exemplos concretos e os problemas relevantes vivenciados no cotidiano.

PROGRAMA:
1. Noções fundamentais. Direito das Obrigações: conceito, acepções e elementos da obrigação. Evolução histórica.
2. Elementos constitutivos e fontes das obrigações. Posições doutrinárias. Direito das Obrigações e Direitos Reais: distinção. Relação jurídica obrigacional. Obrigações naturais.
3. Classificação das Obrigações. Diversidade de classificações. Elenco. Origem: Direito romano. Direito brasileiro.
4. Obrigações modais, condicionais e a termo. Obrigações de meio e de resultado.
5. Obrigações quanto ao objeto: positivas e negativas; obrigação de dar coisa certa e de dar coisa incerta; obrigação de fazer e de não fazer; obrigação líquida e obrigação ilíquida.
6. Obrigações quanto ao modo de execução: obrigação simples e obrigação coletiva; obrigação alternativa.
7. Obrigação quanto à pluralidade de sujeitos: obrigação divisível e obrigação indivisível; obrigações solidárias: ativa e passiva.
8. Transmissão das obrigações: cessão de crédito e cessão de débito.
9. Adimplemento e extinção das obrigações: generalidades; modos de extinção das obrigações. Pagamento direto. Pagamento indireto. Modalidades: pagamento em consignação; pagamento com sub-rogação; imputação do pagamento; dação em pagamento; novação; compensação; confusão e remissão.
10. Inadimplemento das obrigações. Descumprimento absoluto e descumprimento relativo. Noções gerais. Fundamento da responsabilidade: dolo e culpa. Mora. Perdas e danos. Excludentes de responsabilidade: caso fortuito e de força maior. Juros legais. Cláusula penal. Arras ou sinal.

DISCIPLINA: **DIREITO CIVIL III**

CÓDIGO: DPR 210 CRÉDITOS: 04 CARGA HORÁRIA: 60 h

PRÉ-REQUISITOS: Direito Civil II

EMENTA: Apresentar as linhas gerais dos institutos jurídicos que integram o Direito Contratual, as suas noções gerais, evolução e princípios fundamentais, os requisitos do contrato e a sua classificação, formação, efeitos, circulação, extinção, ineficácia, invalidade, vícios. Objetiva-se estabelecer o paralelo entre a teoria e a prática, discutindo a aplicabilidade e as perspectivas dos institutos estudados.

PROGRAMA:
Ponto 01. Contratos. Noções Gerais.
Ponto 02. Princípios fundamentais do Direito Contratual.
Ponto 03. Evolução do Direito Contratual.
Ponto 04. Pressupostos e requisitos dos contratos.
Ponto 05. Classificação dos contratos.
Ponto 06. Formação dos contratos.
Ponto 07. Efeitos dos contratos.
Ponto 08. Circulação dos contratos.
Ponto 09. Extinção dos contratos.
Ponto 10. Invalidade e ineficácia dos contratos.
Ponto 11. Dos contratos bilaterais.
Ponto 12. Dos contratos de adesão.
Ponto 13. Das estipulações em favor de terceiros.
Ponto 14. Dos vícios redibitórios.
Ponto 15. Da evicção.
Ponto 16. Contratos aleatórios.
Ponto 17. Da compra e venda.
Ponto 18. Cláusulas especiais à compra e venda.
Ponto 19. Troca.
Ponto 20. Doação.

DISCIPLINA: **DIREITO CIVIL IV**

CÓDIGO: DPR 211 CRÉDITOS: 04 CARGA HORÁRIA: 60 h

PRÉ-REQUISITOS: Direito Civil III

EMENTA: Possibilitar o conhecimento da tipologia contratual prevista no sistema civil pátrio, notadamente em função da nova topografia adotada pelo Código Civil de 2002, transmitindo os conceitos doutrinários atinentes a cada espécie estudada, com a oportunidade de aplicação dos aludidos preceitos, elaborando-se o paralelo entre a teoria e a prática, e discutindo a aplicabilidade e as perspectivas dos institutos estudados.

PROGRAMA:
Ponto 01. Locação. Locação de Coisas e Serviços.
Ponto 02. Empréstimo: do Comodato e do Mútuo.
Ponto 03. Da Prestação de Serviço.
Ponto 04. Da Empreitada.
Ponto 05. Do Depósito: do Depósito Voluntário e do Depósito Necessário.
Ponto 06. Do Mandato.
Ponto 07. Da Comissão.
Ponto 08. Da Agência e Distribuição.
Ponto 09. Da Corretagem.
Ponto 10. Do Transporte: do Transporte de Pessoas e do Transporte de Coisas.
Ponto 11. Do Seguro: Do seguro de dano; do seguro de pessoas.
Ponto 12. Da Constituição de Renda.
Ponto 13. Do Jogo e da Aposta.
Ponto 14. Da Fiança.
Ponto 15. Da Transação.
Ponto 16. Do Compromisso.
Ponto 17. Dos Atos Unilaterais: Promessa de Recompensa; Gestão de Negócios; Pagamento Indevido.
Ponto 18. Do Enriquecimento sem Causa.
Ponto 19. Dos Títulos de Crédito: Ao Portador; À Ordem; Nominativo.
Ponto 20. Da Responsabilidade Civil: Noções básicas. Obrigação de Indenizar; Indenização.
Ponto 21. Das Preferências e Privilégios Creditórios

DISCIPLINA: **DIREITO CIVIL V**

CÓDIGO: DPR0109 CRÉDITOS: 04 CARGA HORÁRIA: 60 h

PRÉ-REQUISITOS: Direito Civil II

EMENTA: Objetiva-se o estudo dos direitos reais, sob a perspectiva principiológica informada pelo novo Código Civil, enfocando a sua base teórica, além da enumeração de tais direitos, desde a posse e a propriedade móvel e imóvel, até os direitos relativos à propriedade fiduciária e autoral, proporcionando também uma visão prática em relação à sua aplicação, principalmente diante das transformações havidas no direito privado brasileiro, a partir da Constituição da República de 1988.

PROGRAMA:
1. Introdução ao direito das coisas. Considerações prévias. Denominação. Bens e Coisas. Relação Jurídica. Conteúdo. Conceito. Objeto. Classificação. Caracteres. Função Social: posse e propriedade.
2. Da posse. Aspectos Gerais: noções. Teorias. Conceito. Natureza Jurídica. Objeto. Composse. Classificação. Aquisição. Efeitos da posse e perda. Tutela Judicial da posse.
3. Direitos Reais. Aspectos Gerais: conceito. Espécies. Aquisição. Direitos reais e Direitos pessoais.
4. Figuras híbridas: Obrigações Propter Rem. Ônus Reais. Obrigações com eficácia real.
5. Da propriedade. Noções. Teorias. Conceito e elementos constitutivos. Caracteres. Restrições. Classificação. Descoberta.
6. Da propriedade imóvel: Conceito. Aquisição: usucapião. Registro do titulo. Acessão.
7. Da propriedade móvel: Conceito. Aquisição: usucapião. Ocupação. Achado do Tesouro. Tradição. Especificação. Confusão. Comistão. Adjunção.
8. Perda da Propriedade: Alienação. Renúncia. Abandono. Perecimento da Coisa. Desapropriação. Retrocessão.
9. Direitos de Vizinhança. Uso anormal da propriedade: espécies de atos nocivos. Soluções para compor conflitos. Espécies: arvores limítrofes. Passagem forçada. Passagem de cabos e tubulações. Águas. Limites entre prédios e direito de tapagem. Direito de construir.
10. Propriedades especiais. Condomínio: Noções. Conceito. Condomínio Geral: voluntário e necessário. Condomínio edilício.
11. Propriedade Resolúvel: conceito. Causas de resolução. Efeitos.
12. Propriedade fiduciária: conceito. Modos de constituição. Direitos e deveres. Inadimplência
13. Propriedades autorais: natureza jurídica. Obras. Registro. Duração. Domínio público. Prescrição.
14. Direitos reais sobre coisas alheias: Direitos reais de gozo e fruição. Enfiteuse. Superfície. Servidões prediais. Usufruto. Uso. Habitação. Direitos reais de garantia: penhor; hipoteca. Anticrese. Direito real de aquisição: promessa irretratável de compra e venda.

DISCIPLINA: **DIREITO CIVIL VI**

CÓDIGO: DPR 103 CRÉDITOS: 04 CARGA HORÁRIA: 60 h

PRÉ-REQUISITOS: Direito Civil II

EMENTA: Apresentar as linhas gerais dos institutos jurídicos que integram o Direito de Família, fazendo o paralelo entre a teoria e a prática, e discutindo a aplicabilidade e as perspectivas dos institutos estudados.

PROGRAMA:
Ponto 01. Direito de família. Noções introdutórias. Do direito de família na CF, no CC 1916 e no CC 2002.
Ponto 02. Do casamento.
Ponto 03. Da capacidade para o casamento.
Ponto 04. Formalidades preliminares.
Ponto 05. Impedimentos patrimoniais. Causas de anulação e causas suspensivas.
Ponto 06. Celebração e prova do casamento.
Ponto 07. Invalidade do casamento.
Ponto 08. Eficácia do casamento.
Ponto 09. Da dissolução da sociedade conjugal e do vínculo conjugal.
Ponto 10. Da proteção da pessoa dos filhos.
Ponto 11. Das relações de parentesco.
Ponto 12. Da filiação.
Ponto 13. Do reconhecimento dos filhos.
Ponto 14. Da adoção.
Ponto 15. Do poder familiar.
Ponto 16. Do regime de bens entre os cônjuges.
Ponto 17. Do pacto antenupcial.
Ponto 18. Do regime da comunhão parcial de bens.
Ponto 19. Do regime da comunhão universal.
Ponto 20. Do regime de participação final dos aqüestos.
Ponto 21. Do regime de separação de bens.
Ponto 22. Do usufruto e da administração dos bens dos filhos menores.
Ponto 23. Dos alimentos.
Ponto 24. Do bem de família.
Ponto 25. Da união estável.
Ponto 26. Tutela.
Ponto 27. Curatela.

DISCIPLINA: **DIREITO CIVIL VII**

CÓDIGO: DPR 0112 CRÉDITOS: 02 CARGA HORÁRIA: 30 h

PRÉ-REQUISITOS: Direito Civil VI

EMENTA: Estuda o Direito das Sucessões, a partir do conceito e evolução histórica, abordando o conjunto de normas, princípios e procedimentos relativos à transferência do patrimônio pessoal "post mortem", abrangendo o campo da sucessão legítima e testamentária.

PROGRAMA:
1. Direito das Sucessões. Conceito. Evolução histórica.
2. Sucessão em Geral. Espécies de sucessão. Abertura da sucessão. Lugar. Objeto. Transmissão e administração da herança.
3. Capacidade sucessória. Exclusão por indignidade.
4. Aceitação, renúncia e cessão da herança.
5. Herança jacente e vacante.
6. Sucessão Legítima. Ordem de vocação hereditária. Montante. Meação. Direito de representação. A união estável e a sucessão.
7. Sucessão testamentária. O testamento e suas formas.
8. As regras relativas à sucessão testamentária.
9. Inventário e partilha. Conceituação e regras aplicáveis.
10. Procedimento de inventário e partilha da herança.

DISCIPLINA: **DIREITO CIVIL VIII**

CÓDIGO: DPR 129 CRÉDITOS: 04 CARGA HORÁRIA: 60 h

PRÉ-REQUISITOS: Direito Administrativo II; Direito Empresarial II; Direito Processual Civil III; Direito Processual Penal II; Direito Civil V e Direito das Relações de Consumo.

EMENTA: Objetiva-se, em disciplina autônoma, justificada pela relevância que adquiriu a responsabilidade civil, principalmente sob a ordem constitucional inaugurada em 1988 e em face do novo Código Civil de 2002, abordar os seus principais temas, a partir das noções sobre o dano material e moral; o dolo e a culpa; a responsabilidade objetiva; a responsabilidade contratual; a responsabilidade aquiliana; a responsabilidade civil do Estado; outras espécies de responsabilidade; a liquidação dos danos e os efeitos do julgamento criminal sobre a ação cível.

PROGRAMA:
1. Introdução. Importância e atualidade da matéria. Noção e conteúdo. Dificuldade conceitual. História e evolução da Responsabilidade Civil.
2. Dano: conceito; elementos; classificação.
3. Dano material e dano moral. Distinção. O dano moral na Constituição Federal de 1988 e no novo Código Civil. Apuração do dano emergente e do lucro cessante. Reparação do dano moral. Quantificação.
4. O dolo e a culpa. Distinção. Do ato ilícito. Análise dos elementos. O novo Código Civil. Da ação danosa e a questão da causalidade.
5. Responsabilidade objetiva. Evolução doutrinária. Objeções e críticas. Socialização dos riscos. O Direito Brasileiro. Responsabilidade por danos ambientais. Responsabilidade por danos ao consumidor.
6. Responsabilidade contratual. Alcance e limites. Responsabilidade em matéria de transporte. Responsabilidade dos profissionais liberais. Questões controvertidas em algumas modalidades contratuais. Responsabilidade dos médicos e profissionais de saúde. Considerações preliminares. Dano e culpa médica. Responsabilidade civil na internação hospitalar e nos Procedimentos médicos. O tratamento abrangente adotado pelo novo Código Civil.
7. Responsabilidade aquiliana. Sujeitos ativo e passivo. Responsabilidade por fato próprio e de outrem. Responsabilidade pelo fato da coisa e animais. Os atos abusivos e a Lei de Imprensa. A terceira via admitida pela moderna doutrina.
8. Responsabilidade patrimonial do Estado. Teorias. Críticas. Teoria do risco administrativo. Pressupostos da pretensão ressarcitória. Omissão do Estado. Análise das orientações conflitantes. Responsabilidade do Estado por atos judiciais e legislativos. Exceções ao princípio da responsabilidade do Estado. Os meios de defesa. Exoneração da obrigação de ressarcir.
9. A liquidação dos danos no Direito brasileiro. Liquidação convencional. Liquidação Legal. Liquidação Judicial.
10. Efeitos do julgamento criminal sobre a ação civil. Previsão legal. A questão da ausência ou insuficiência de prova. O Tribunal do Júri e as questões peculiares ao Direito Penal.

DISCIPLINA: **DIREITO AGRÁRIO**

CÓDIGO: DPR 107 CRÉDITOS: 02 CARGA HORÁRIA: 30 h

PRÉ-REQUISITOS: Direito Civil V

EMENTA: Conhecer e avaliar a evolução, as normas, princípios e definições básicas do Direito Agrário, notadamente a respeito da Reforma Agrária, da Política de desenvolvimento rural e agrícola, do uso da terra, dos contratos agrários e de aspectos relacionados ao meio ambiente e sua tutela, em relação aos regimes florestal, de águas, de cada e pesca, à luz do paradigma constitucional.

PROGRAMA:
1. Introdução ao Direito Agrário. Antecedentes: da História antiga à História Moderna. Formação territorial brasileira: As Capitanias Hereditárias; as Sesmarias; o Regime de Posses; A Lei de Terras nº 601 de 1850; O Regime das Terras após a Constituição de 1891.
2. Formulação teórica do Direito Agrário. Denominação. Conceito. Autonomia. Fontes. Princípios. Conteúdo e objeto. Função social da posse e da propriedade.
3. Política Agrária. Ordenação do Direito Agrário brasileiro. História e evolução. Institutos básicos.
4. Terras públicas: próprias e devolutas. Terras particulares: imóvel rural e imóvel rural para estrangeiros.
5. Reforma Agrária: modelos. Reordenamento da estrutura agrária. Reforma agrária no Brasil: conceito; objetivos e meios de acesso à propriedade da terra. Desapropriação por interesse social para fins de Reforma Agrária.
6. Política agrícola: instrumentos. Tributação da terra.
7. Colonização pública e privada. Módulo rural. Desmembramento e fração mínima de parcelamento de imóvel rural. Medidas agrárias.
8. Assistência e proteção à economia rural. Cooperativa integral de Reforma Agrária. Centrais de abastecimento. Financiamento rural. Títulos de crédito rural. Nova lei agrícola.
9. Tutela das relações privadas no Direito Agrário. Contratos agrários: nominados e inominados. Usucapião especial e agrário.
10. Direito Agroambiental. Conceito. Regime florestal. Regime de Águas. Regime de caça e pesca. Agrotóxicos. Desenvolvimento sustentável. As ações judiciais protetivas do meio ambiente.

DISCIPLINA: **DIREITO DAS RELAÇÕES DE CONSUMO**

CÓDIGO: DPR0101 CRÉDITOS: 04 CARGA HORÁRIA: 60 h

PRÉ-REQUISITOS: Teoria Geral do Processo; Direito Civil III; Direito Empresarial I

EMENTA: Propiciar a compreensão do sistema de proteção e dos institutos relacionados ao Direito do Consumidor, sob os enfoques doutrinário, legal, administrativo e jurisprudencial em relação à matéria, a isso se aliando a visão prática em sua aplicação.

PROGRAMA:
1. Considerações gerais. Aspectos Históricos. A Constituição Federal de 1988. Princípios Constitucionais de Proteção do Consumidor. A Relação Jurídica de Consumo: conceitos de Consumidor e de Fornecedor. Análise das Teorias Finalista e Maximalista.
2. Política Nacional das Relações de Consumo. Princípios. Execução da Política Nacional das Relações de Consumo. Instituições envolvidas.
3. Direitos básicos do Consumidor. A Proteção à Saúde e à Segurança. Informação voltada à liberdade de escolha. Inversão do ônus da prova. Teoria da Imprevisão e Teoria da Base Objetiva do Negócio Jurídico.
4. A reparação dos danos nas relações de consumo. Responsabilidade pelo Fato do Produto e do Serviço. Responsabilidade por Vício do Produto e do Serviço. Decadência e Prescrição. Desconsideração da Personalidade Jurídica.
5. Das práticas comerciais. Oferta. Publicidade. Das práticas abusivas. Venda Casada. Fornecimento de Produto não solicitado. Orçamento. Prazo para cumprimento da obrigação. Recusa de venda.
6. Cobrança de dívidas e Bancos de dados e Cadastros de consumidores. A dignidade do consumidor. Inclusão indevida no SPC/SERASA. Prescrição do cadastro.
7. Proteção contratual. Disposições Gerais. Princípios. Compras fora do estabelecimento comercial. Cláusulas Abusivas. Contratos de Adesão.
8. Sanções administrativas. O Sistema Nacional de Defesa do Consumidor – SNDC. Competências. Órgãos envolvidos. O Poder de Polícia e a Defesa do Consumidor. As infrações administrativas.
9. Crimes contra o consumidor. Direito Penal do Consumidor. A Função Preventiva e a Abstração de Perigo de Dano. Crimes de Consumo Próprios e Impróprios. Crimes Acidentalmente de Consumo. Crimes Reflexamente de Consumo. Crimes em espécie.
10. Defesa do consumidor em juízo. Sistema Processual de Defesa do Consumidor. Tutela de direitos coletivos, difusos e individuais homogêneos dos consumidores. Aspectos básicos.

DISCIPLINA: **DIREITO DO TRABALHO I**

CÓDIGO:DPR108 CRÉDITOS: 04 CARGA HORÁRIA: 60 h

PRÉ-REQUISITOS: Direito Constitucional II; Direito Civil III.

EMENTA: Compreender a importância do Direito do Trabalho no plano histórico, social, político e econômico. Proporcionar uma abordagem sobre os seus princípios informadores, abrangência, autonomia, fontes nacionais e internacionais, tendências, normas e critérios de hierarquia, aplicação e interpretação. Analisar as relações e contratos de trabalho, suas modalidades e classificação, especialmente a relação de emprego, privada e pública, os seus sujeitos, elementos, prova e as responsabilidades jurídicas decorrentes do vínculo laboral.

PROGRAMA:
1. Direito do Trabalho: conceito; denominação; autonomia; natureza jurídica; divisão e relações com outros ramos do direito e áreas afins.
2. Evolução histórica no mundo e no Brasil. Previsão nas Constituições brasileiras.
3. Direito internacional do Trabalho. Organização Internacional do Trabalho – OIT: criação; objetivos; membros e estrutura orgânica. Ação normativa: Convenções e Recomendações internacionais.
4. Direito Constitucional do Trabalho: os direitos sociais dos trabalhadores. Fundamentos e visão geral.
5. Fontes. Formação da norma jurídica trabalhista e centros de positivação. Classificação. Hierarquia; interpretação; integração; eficácia no tempo e no espaço; irretroatividade e revogação. Solução de conflitos de normas.
6. Princípios gerais: conceito; importância; funções. Princípios fundamentais: dignidade humana; liberdade; igualdade; não-discriminação; proteção e representação coletiva. Princípio tutelar. Princípios específicos.
7. Relações de trabalho. Abrangência. Classificação geral: trabalho autônomo; trabalho subordinado; trabalho eventual; trabalho temporário; trabalho avulso; trabalho religioso; trabalho familiar; trabalho em domicílio e trabalho em cooperativas.
9. Relação de emprego. Contrato de trabalho subordinado. Conceito. Elementos integrantes: essenciais, acidentais e naturais. Especificidades. Consentimento. Prova. Efeitos. Contrato preliminar.
10. Empregado: definição; capacidade; classificação; cargos e funções. Empregado doméstico. Trabalhadores exercentes de função de confiança. Empregado público: características, aspectos da contratação e regime jurídico.
11. Empregador: tipos; grupos e consórcios empresariais. Poderes de direção, regulamentação, fiscalização e disciplina. Limites ao poder potestativo e abuso de direito. Sucessão de empregadores. Responsabilidade solidária e subsidiária. Responsabilidade dos sócios e administradores e a teoria da desconsideração da pessoa jurídica.
12. Formação do contrato de trabalho. Fase pré-contratual: configuração, efeitos e responsabilidade jurídica. Contrato tácito e contrato formal. Contrato de experiência e período de experiência.
13. Discriminação nas relações de trabalho: disposições constitucionais e legislação laboral. Lei nº 9.029/95. Direitos da personalidade do trabalhador e proteção à intimidade. Assédio moral e sexual na relação de trabalho. Proteção às pessoas portadoras de deficiência.
14. Dano moral individual e coletivo no âmbito das relações do trabalho.
15. Tendências do trabalho no mundo contemporâneo. Globalização. Flexibilização. Abordagem crítica.

DISCIPLINA: **DIREITO DO TRABALHO II**

CÓDIGO: DPR 111 CRÉDITOS: 04 CARGA HORÁRIA: 60 h

PRÉ-REQUISITOS: Direito do Trabalho I

EMENTA: Estudar os direitos laborais decorrentes do contrato de trabalho, a partir do início da relação de emprego, no que respeita à sua duração, jornada, remuneração, alteração, meio ambiente, garantias, manutenção e rescisão, em cada uma das modalidades previstas, inclusive os contratos especiais, à luz da sistema legal de proteção, estabelecendo-se uma visão prática da aplicação das normas tutelares, além de enfocar as questões atuais relativas a ilicitudes e fraudes.

PROGRAMA:
1. Admissão no emprego. Registro. Carteira de Trabalho e Previdência Social: preceitos legais. Contrato por prazo determinado: hipóteses legais e anotação.
2. Duração do Trabalho: fundamentos. Jornada de trabalho e horário de trabalho. Trabalho noturno. Trabalho extraordinário. Trabalho in itinere. Acordo de prorrogação e acordo de compensação de horas. Banco de horas. Trabalho em turnos ininterruptos de revezamento. Trabalho em regime de tempo parcial. Jornadas especiais de trabalho. Redução da jornada de trabalho.
3. Períodos de repouso: fundamentos. Intervalos intrajornada e interjornada. Repouso semanal e em feriados. Remuneração simples e dobrada. Férias: regras básicas. Convenção 132 da Organização Internacional do Trabalho – OIT.
4. Remuneração e salário: distinção e conceito. Classificação e composição do salário. Formas e meios de pagamento. Proteção jurídica ao salário. Modalidades. 13º salário. Salário mínimo. Salário in natura. Salário profissional. Participação nos lucros e nos resultados. Equiparação salarial. Vale transporte.
5. Alteração do contrato de trabalho: unilateral e bilateral. Transferência do local de trabalho. Promoção e rebaixamento. Alteração do horário e da jornada de trabalho. Redução de salário. Interrupção e suspensão do contrato de trabalho: distinção, hipóteses legais efeitos.
6. Renúncia e transação de direitos trabalhistas: possibilidades e vedações.
7. Meio ambiente do trabalho. Conceito. Segurança e Saúde no trabalho. Proteção legal. Periculosidade e insalubridade. Acidente do trabalho e doenças ocupacionais: caracterização e responsabilidade jurídica. Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego: Portaria nº 3.214/78. Comissões Internas de Acidentes do Trabalho – CIPA. Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Mecidina do Trabalho – SESMT. Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO.
8. Estabilidade e garantias provisórias no emprego: conceito, caracterização e distinção. Formas de estabilidade. Renúncia. Despedida de empregado estável. Readmissão e reintegração. Direito à indenização. Despedida obstativa. Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.
9. Trabalho da mulher e do adolescente. Proteção legal. Estágio e aprendizagem.
10. Contratos de trabalho especiais: portuário; atleta; bancário; artista; jornalista; professor; aeronauta e rurícola.
11. Relações de trabalho ilícitas. Trabalho escravo: caracterização; servidão por dívida; responsabilização. Trabalho infantil: caracterização e tratamento legal, efeitos da contratação e penalidades.
12. Terceirização do trabalho. Intermediação de mão-de-obra. Limite. Ilegalidade: configuração e responsabilidade do tomador do serviço e do empregador.

13. Cessação do contrato de trabalho: causas e classificação. Espécie. Dispensa sem justa causa. Limites. Dispensa com justa causa. Falta grave. Dispensa indireta. Hipótese de aposentadoria, força maior, factum principis, morte, extinção da empresa e inadimplemento das obrigações.
14. Obrigações e direitos decorrentes da cessação do contrato de trabalho. Indenização por tempo de serviço. Indenização nos contratos por prazo determinado. Aviso prévio. Multa rescisória. Homologação da rescisão, quitação e efeitos. Seguro-desemprego.
15. Prescrição e decadência no Direito do Trabalho.

DISCIPLINA: **DIREITO DO TRABALHO III**

CÓDIGO: DPR 114 CRÉDITOS: 02 CARGA HORÁRIA: 30 h

PRÉ-REQUISITOS: Direito do Trabalho II

EMENTA: Estuda os institutos e princípios do Direito Coletivo do Trabalho, a formação e atuação dos sindicatos, associações e centrais sindicais, enfocando as relações coletivas, sua conceituação e caracterização, e a contratação e negociação coletiva, a partir do alcance do princípio da liberdade sindical albergado pela Constituição Federal de 1988. Aborda os instrumentos normativos peculiares e os conflitos coletivos de trabalho e mecanismos de solução, além das ações sindicais.

PROGRAMA:
1. Direito Coletivo do Trabalho: denominação; definição; autonomia; princípios; fontes; relações com outras disciplinas e áreas afins.
2. Evolução histórica do sindicalismo: visão mundial e nacional. Sindicato: conceito e natureza jurídica.
3. Liberdade sindical: conceito. Reconhecimento pelo Estado. Direito fundamental social dos trabalhadores. Posição da Organização Internacional do Trabalho – OIT. Direito Comparado. O modelo brasileiro.
4. Organização sindical brasileira. Sistema confederativo. Prerrogativas, garantias e limitações das entidades sindicais. Sindicato: atividades ou funções. Federação. Confederação. Central sindical. Entidades sindicais: criação e requisitos; fusão; incorporação; dissociação e extinção. Estrutura interna das entidades sindicais: registro; órgãos; dirigentes; receita e patrimônio.
5. Contribuições sindicais: espécies e fundamento legal.
6. Negociação coletiva: definição; funções; classificação; princípios; sujeitos; procedimentos; níveis. Acordos e convenções coletivas: vigência; eficácia e extensão. Incorporação das cláusulas aos contratos de trabalho. Convenção 154 da Organização Internacional do Trabalho – OIT.
7. Contratação coletiva de trabalho: denominação; definição; natureza jurídica; divisão; elementos essenciais; sujeitos; campo de aplicação; conteúdo e forma; condições de validade; eficácia e efeitos; ultratividade. Contratação e negociação coletiva no serviço público.
8. Conflitos coletivos de trabalho: conceito; denominação; objeto e classificação. Meios de solução: definição; divisão; autocomposição e heterocomposição. Poder normativo da Justiça do Trabalho.
9. Ação sindical direta: denominação e definição. Espécies: meios lícitos e ilícitos. Lockout.
10. Greve: origem; concepções; definição; tipos; natureza jurídica; titularidade. A greve no Direito brasileiro: setor privado e setor público; oportunidade e interesses a defender; abusividade e ilegalidade; efeitos; direitos e deveres dos grevistas. Greve em atividades essenciais. Responsabilidade pelas condutas praticadas. Condutas anti-sindicais.

DISCIPLINA: **DIREITO EMPRESARIAL I**

CÓDIGO: DPR 0105 CRÉDITOS: 04 CARGA HORÁRIA: 60 h

PRÉ-REQUISITOS: Direito Civil II e Direito Constitucional II

EMENTA: proporcionar conhecimentos iniciais, teóricos e práticos, no campo do direito empresarial, a partir das noções básicas e elementos estruturais do direito comercial contemporâneo, diante da sua aplicação na atividade econômica empresarial, realçando-se, inclusive, os novos parâmetros introduzidos pelo novo Código Civil brasileiro, no que respeita ao direito de empresa, e a importância dos diversos ramos da atividade empresarial para ao desenvolvimento do país, a justificar também o estudo da defesa da concorrência e da propriedade industrial.

PROGRAMA:
1. Direito comercial. Parte histórica: origem e evolução. Antigüidade. Idade média: formação do Direito Comercial. As feiras e o comércio marítimo. O período subjetivo: as corporações de ofício. O período objetivo: Código Comercial Francês de 1807. Noções de "atos de comércio".
2. O Direito Comercial no Brasil. Evolução. O Código Comercial do Império de 1850.
3. O período subjetivo moderno: Código Italiano de 1942. Teoria da empresa.
4. Características e princípios do Direito Comercial. Fontes. Unificação e autonomia.
5. Empresário. Regularidade: requisitos da atividade comercial. Capacidade e não impedimento. Incapacidade superveniente. Sociedade empresarial entre cônjuges. Proibidos de comerciar. Situação do estrangeiro.
6. Institutos complementares. Do registro. Sistema da Lei nº 8.934/94. SINREM. DNRC. Junta Comercial. Princípios e atos do registro empresarial.
7. Estabelecimento comercial. Conceito. Natureza jurídica. Tutela. Estrutura: aviamento e clientela.
8. Nome empresarial. Conceito, formação e características. Tutela. Prepostos: gerentes, contabilistas e outros. Escrituração.
9. Sociedades. O novo Código Civil: Lei nº 10.406/2002. Posição no mundo das pessoas jurídicas. Personificação: conseqüências. Classificação: personificadas e não personificadas; empresárias e não empresárias. Fusão; incorporação; transformação e cisão.
10. Sociedades em espécie: sociedade simples; sociedade em comum; sociedade em conta de participação; sociedade em nome coletivo; sociedade em comandita simples; sociedade limitada; sociedade anônima; sociedade em comandita por ações.
11. Outras modalidades: sociedade cooperativa; sociedades coligadas; sociedade dependente de autorização; sociedade nacional; sociedade estrangeira; parcerias empresariais: join venture e consórcio.
12. Teoria Geral da Concorrência. Fundamentos constitucionais. Disciplina da concorrência empresarial. Condutas ilícitas. O CADE. Disciplina jurídica da propriedade industrial: princípios constitucionais. A Lei nº 9.279/96. Bens que integram a propriedade industrial: invenção; modelo de utilidade. Patente: marcas, conceito e espécies. Registro. Indicações geográficas: conceito e proteção.

DISCIPLINA: **DIREITO EMPRESARIAL II**

CÓDIGO: DPR 0110 CRÉDITOS: 04 CARGA HORÁRIA: 60 h

PRÉ-REQUISITOS: Direito Empresarial I

EMENTA: proporcionar conhecimentos teóricos e práticos relativos aos contratos básicos e específicos atualmente utilizados na atividade empresarial, e também aos títulos de crédito que lhe dão suporte, visando a preparação para o trato dos assuntos e negócios jurídicos empresariais, especialmente a interpretação e elaboração dos contratos.

PROGRAMA:
1. Unicidade do Direito das obrigações. Conceito de contratos empresariais. Legislação vigente. Espécies de contratos
2. Alienação fiduciária em garantia; arrendamento mercantil ou leasing; cartão de crédito; contratos bancários.
3. Faturização ou factoring; franquia comercial ou franchising.
4. Locação de bens imóveis destinados à atividade empresarial.
5. Seguro. Concessão comercial; representação comercial ou agência.
6. Crédito: gênese e peculiaridades.
7. Títulos de crédito. Noções gerais. Previsão no novo Código Civil. Conceito, função e características. Natureza jurídica. Classificação. Convenção de Genebra: vigência e aplicação no Direito brasileiro.
8. Atos cambiários principais. Ações cambiárias.
9. Espécies principais de títulos de crédito: letra de câmbio; nota promissória; cheque; duplicata mercantil; duplicata de prestação de serviços. Armazéns gerais e títulos de sua emissão.
10. Outras espécies: títulos de crédito rural, industrial, comercial, imobiliário; conhecimento de depósito; conhecimento de transporte; warrant; títulos de dívida agrária; títulos de sociedade por ações: ações; partes beneficiárias; debêntures; bônus de subscrição.

DISCIPLINA: **DIREITO EMPRESARIAL III**

CÓDIGO: DPR 113 CRÉDITOS: 02 CARGA HORÁRIA: 30 h

PRÉ-REQUISITOS: Direito Empresarial II

EMENTA: conhecer e avaliar os princípios básicos do Direito Falimentar e as normas legais pertinentes aos institutos da Falência e da Recuperação Judicial e Extrajudicial, além de proporcionar a necessária visão prática da sua aplicação.

PROGRAMA:
1. Falência. Esboço histórico. Origem. Conceito. Evolução. Natureza jurídica.
2. A nova Lei de Falências: Lei nº 11.101/2005. Fundamento e disposições gerais.
3. Classificação dos créditos. Pedido de restituição.
4. Procedimento para a decretação da falência.
5. Inabilitação empresarial. Direitos e deveres do falido.
6. Falência requerida pelo próprio devedor. Arrecadação e custódia dos bens.
7. Efeitos da decretação da falência. Ineficácia e revogação de atos praticados antes da falência. Realização do ativo. Pagamento dos credores. Encerramento da falência e extinção das obrigações do falido.
8. Recuperação judicial. Disposições gerais. Pedido e processamento. Plano. Procedimento. Plano para microempresas e empresas de pequeno porte. Convolação em falência. Recuperação extrajudicial. Disposições gerais.
9. Disposições penais. Crimes em espécie. Procedimento penal.
10. Disposições comuns à falência, recuperação judicial e extrajudicial. Subsistência do Decreto nº 7.661/45.

DISCIPLINA: **DIREITO PROCESSUAL COLETIVO**

CÓDIGO: DPU 126 CRÉDITOS: 04 CARGA HORÁRIA: 60 h

PRÉ-REQUISITOS: Direito Processual Civil III

EMENTA: Estuda o processo coletivo, a partir da sua origem, evolução e princípios, abordando-se a tutela judicial dos interesses e direitos de natureza metaindividual, a saber: difusos, coletivos e individuais homogêneos. Aprecia-se o desenvolvimento, a estrutura e os procedimentos inerentes à tutela jurisdicional coletiva, em suas variadas manifestações, enfocando-se a ação civil pública, a ação popular, o mandado de segurança coletivo, as ações coletivas previstas no Código de Defesa do Consumidor, as ações diretas de inconstitucionalidade e constitucionalidade e o mandado de injunção.

PROGRAMA:
1. Nova sistemática do processo como instrumento de defesa dos direitos coletivos. Evolução histórica. Fundamentos. Diferenças em relação ao processo individual comum.
2. Visão política da ação no processo coletivo. Direitos tutelados: difusos, coletivo em sentido estrito e individuais homogêneos.
3. Direito brasileiro: sistematização.
4. Ação civil pública. Áreas de abrangência. Objeto. Aspectos processuais relevantes: competência; legitimação; tutela de urgência; litispendência; coisa julgada; sentença; liquidação e execução.
5. Inquérito civil e Termo de ajustamento de conduta.
6. As ações coletivas do Código de Defesa do Consumidor.
7. Ação popular.
8. Mandado de Segurança Coletivo.
9. Ações Diretas de Inconstitucionalidade e Constitucionalidade.
10. Mandado de Injunção.
11. Ação de Improbidade Administrativa
12. Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental
13. Reclamação Constitucional
14. Ação de Usucapião Coletiva

DISCIPLINA: **DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO**

CÓDIGO: DPU 115 CRÉDITOS: 04 CARGA HORÁRIA: 60 h

PRÉ-REQUISITOS: Direito Processual Civil IV e Direito do Trabalho II

EMENTA: Proporcionar o conhecimento do processo do trabalho, analisando a doutrina e a legislação existente, a partir do estudo da Justiça do Trabalho e do Ministério Público do Trabalho, abordando-se a contextualização histórica, os princípios, as ações, os institutos, os procedimentos e os recursos peculiares ao processo laboral, os quais ensejaram a sua autonomia como ramo do direito processual. Analisam-se os institutos do Direito Processual Trabalhista, situando-os no plano da Teoria Geral do Processo, além do estudo comparativo com institutos existentes no processo comum.

PROGRAMA:
1. Direito Processual do Trabalho. História e evolução. Conceito. Autonomia. Posição enciclopédica. Fontes.
2. Princípios fundamentais do processo. Princípios comuns. Princípios peculiares do processo trabalhista.
3. Aplicação das normas. Interpretação. Integração. Eficácia temporal e espacial.
4. Métodos de solução dos conflitos trabalhistas. Comissões de Conciliação Prévia.
5. Organização da Justiça do Trabalho e do Ministério Público do Trabalho.
6. Competência da Justiça do Trabalho: Material. Funcional. Territorial. Atribuições do Ministério Público do Trabalho.
7. Atos, termos e prazos processuais. Comunicação dos atos processuais. Classificação, contagem, suspensão e interrupção dos prazos processuais.
8. Nulidades processuais: atos processuais nulos, anuláveis e inexistentes. Princípios das nulidades processuais.
9. Partes e procuradores. Capacidade de ser parte e capacidade processual. Jus postulandi. Litisconsórcio: ação plúrima. Representação e assistência. Substituição processual. Benefício da justiça gratuita.
10. Ação trabalhista: Classificação. Petição inicial. Requisitos. Vícios. Audiência. Comparecimento das partes e testemunhas. Revelia a confissão. Acordo. Arquivamento. Procedimento Sumaríssimo.
11. Resposta do réu: Exceções. Contestação. Reconvenção.
12. Provas: Conceito. Princípios. Objeto. Procedimento. Ônus da prova. Meios de prova. Depoimento pessoal e interrogatório. Testemunhal. Documental. Pericial. Inspeção judicial. Indícios e presunções.
13. Sentença: Classificação. Requisitos. Antecipação de tutela no processo do trabalho. Coisa julgada. Limites subjetivos e objetivos.
14. Ações especiais no processo do trabalho. Mandado de segurança. Hábeas Corpus. Ação Rescisória.
15. Súmulas; Orientações Jurisprudenciais e Precedentes normativos do Tribunal Superior do Trabalho.
16. Recursos. Princípios. Efeitos. Pressupostos recursais genéricos e específicos. Remessa ex officio. Contra-razões. Juízo de admissibilidade.
17. Recursos em espécie: Recurso ordinário. Recurso de revista. Agravo de instrumento. Agravo de petição. Embargos. Agravo. Agravo regimental.
18. Dissídio coletivo. Conceito. Modalidades. Sentença normativa.
19. Tutela coletiva no processo do trabalho. Ação civil pública. Áreas de incidência. Aspectos processuais básicos.

20. Execução trabalhista. Títulos executáveis. Liquidação de sentença. Embargos. Execução de quantia certa. Execução para entrega de coisa. Execução de obrigação de fazer/não fazer. Execução contra a fazenda pública.

DISCIPLINA: **DIREITOS HUMANOS FUNDAMENTAIS**

CÓDIGO: DPU 201 CRÉDITOS: 02 CARGA HORÁRIA: 30 h

PRÉ-REQUISITOS: Direito Constitucional II e Direito Internacional Público

EMENTA: Objetiva-se estudar a evolução e os fundamentos da teoria dos Direitos Humanos Fundamentais, a sua classificação, características, princípios e abrangência, a estrutura, interpretação e eficácia das suas normas, a posição do Direito brasileiro e a normativa internacional dos Tratados, Pactos e Convenções, e o aspecto da proteção e tutela, inclusive no âmbito do sistema internacional.

PROGRAMA:
1. Direitos Humanos Fundamentais. Conceito. Evolução histórica.
2. A classificação dos Direitos Humanos. As gerações ou dimensões. Abrangência e delimitação. Visão da doutrina.
3. A fundamentação dos Direitos Humanos. As correntes doutrinárias.
4. Direitos Humanos Fundamentais e Constituição. Os aspectos da relatividade e das restrições excepcionais dos direitos.
6. As normas de Direitos Humanos: estrutura e interpretação.
7. A Constituição da República do Brasil de 1988 e os Direitos Fundamentais. O princípio da dignidade da pessoa humana.
8. A eficácia dos Direitos Humanos Fundamentais. A problemática dos Direitos Sociais.
9. O Sistema Internacional dos Direitos Humanos Fundamentais. Os Tratados Internacionais. A estrutura normativa: sistema global e sistemas regionais. A hierarquia e a incorporação dos Tratados internacionais no Direito brasileiro.
10. Características dos Direitos Humanos no Direito Internacional: superioridade normativa; universalidade; indivisibilidade; interdependência; indisponibilidade; caráter erga omnes; exigibilidade; abertura; aplicabilidade imediata; proibição de retrocesso; eficácia horizontal.

DISCIPLINA: **DIREITO PENAL I**

CÓDIGO: DPU 103 CRÉDITOS: 04 CARGA HORÁRIA: 60 h

PRÉ-REQUISITOS: Introdução ao Estudo do Direito; Sociologia e Antropologia Geral e Metodologia da Pesquisa Científica.

EMENTA: Objetiva fornecer os conceitos e princípios básicos do Direito Penal, servindo como uma introdução geral e ajudando o aluno a entender o delito em todos os seus âmbitos, notadamente o jurídico.

PROGRAMA:
1. Apresentação da Disciplina
Conceitos, Missões e Divisões do Direito Penal
2. Evolução Histórica do Direito Penal
Idade Antiga. Idade Média. Escola Clássica. Escola Positiva. Escola Técnico-Jurídica. Nova Defesa Social. Abolicionismo Radical. Direito Penal Mínimo e Neo-retribucionismo. Direito Penal no Brasil (Colônia, Império e República).
3. Princípios do Direito Penal
Dignidade Humana. Legalidade. Anterioridade. Intervenção Mínima. Fragmentariedade. Adequação Social. Insignificância. Proibição da analogia in malam parte. Princípio da Taxatividade. Irretroatividade da lei penal mais severa. Princípio da Culpabilidade. Princípio da Proporcionalidade. Princípio da Intranscedência.
4. Teoria da Norma Penal
Fontes da norma penal (fonte material e formais). Aspectos gerais da norma penal. Interpretação da lei penal. Analogia.
5. Lei Penal no Tempo e no Espaço
Princípios aplicáveis. Lei penal benéfica. Leis intermitentes. Tempo do Crime. Princípio da Territorialidade relativa. Lugar do crime. Extraterritorialidade da lei penal.
6. Lei Penal em relação às pessoas
Princípio da Isonomia. Imunidades Parlamentares. Imunidades do Presidente da República. Imunidades Diplomáticas.
7. Crime e sua Classificação Doutrinária
Conceito formal e material de crime. Sujeitos do delito (ativo e passivo). Objeto do delito. Crimes comuns, próprios e de mão própria. Crimes omissivos (próprios e impróprios) e comissivos. Crimes de dano e de perigo. Crimes materiais, formais e de mera conduta. Crimes instantâneos, permanentes e instantâneos de efeitos permanentes. Crimes dolosos e culposos. Crimes unissubsistentes e plurissubsistentes. Crimes unisubjetivos e plurisubjetivos. Crimes qualificados e privilegiados. Crime impossível.
8. Teorias acerca do Crime
Teoria Clássica e Teoria Finalista.
9. Conduta.
Espécies. Elementos. Atos que excluem a conduta.
10. Tipicidade Penal
Elementos estruturais do tipo. Tipicidade Penal (formal e conglobante). Tipo Doloso (teorias, espécies de dolo). Tipo Culposo (elementos, modalidades de condutas culposa, modalidades de culpa). Erro de tipo. Erro sobre a pessoa. Erro quanto à execução. Erro determinado por terceiro.
11. Resultado e Nexo de Causalidade.
Naturalístico e normativo. Teoria dos antecedentes causais. Classificação das causas. Teoria da Imputação Objetiva.

12. Consumação e tentativa

Momento de consumação e tentativa. Desistência voluntária. Arrependimento eficaz. Arrependimento posterior.

13. Antijuridicidade

Conceito. Excludentes de antijuridicidade: Legítima Defesa; Estado de Necessidade; Estrito Cumprimento do Dever Legal e Exercício Regular de um Direito. Consentimento do Ofendido.

14. Culpabilidade

Teorias. Elementos: Imputabilidade; Potencial Consciência da Ilicitude e Exigibilidade de Conduta Diversa. Co-culpabilidade.

DISCIPLINA: **DIREITO PENAL II**

CÓDIGO: DPU 106 CRÉDITOS: 04 CARGA HORÁRIA: 60 h

PRÉ-REQUISITOS: Direito Penal I

EMENTA: Continua o estudo sobre o Direito Penal, notadamente no que diz respeito à aplicação da pena e, para tanto, apresenta tópicos como: concurso de pessoa; penas privativas de liberdade e restritivas de direitos e concurso de crimes.

PROGRAMA:

1. Do Concurso de Pessoas. Introdução. Teorias. Causalidades físicas e causalidades psíquicas. Requisitos. Co-autoria e participação. Autoria incerta, autoria mediata e autoria colateral. Comunicabilidade das circunstâncias. Concurso de pessoas e crime por omissão. Co-autoria em crimes culposos. Cooperação dolosamente distinta. Multidão delinqüente.
2. Pena: aspectos gerais e históricos. Características e classificação. Os sistemas penitenciários.
3. Penas privativas de liberdade: reclusão, detenção e prisão simples. Regimes: fechado, semi - aberto e aberto. Regime inicial, progressão e regressão. Trabalho do preso, remição e detração.
4. Penas restritivas de direitos. Classificação. Características. Espécies: prestação pecuniária, perda de bens e valores pertencentes aos condenados, prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas, interdição temporária de direitos e limitação de fim de semana. Cominação, substituição e conversão.
5. Pena pecuniária. Aspectos gerais. Cominação, fixação e execução.
6. Aplicação da pena. Elementares e circunstâncias do crime. Circunstâncias: judiciais, agravantes e atenuantes. Reincidência. Fixação da pena. Concurso dos crimes. Sistemas doutrinários. Concurso material. Concurso formal. Crime continuado.
8. Erro na execução e resultados diversos do pretendido.
9. Limites das penas e concurso de crimes
10. Suspensão Condicional da Pena.
11. Livramento condicional. Conceito. Pressupostos. Revogação. Restaurações. Prorrogação. Extinção.
12. Efeitos da condenação. Efeitos penais e extrapenais.
13.Reabilitação. Conceito. Pressupostos. Efeitos. Revogação.
14.Medidas de segurança. Natureza. Conceito. Pressupostos. Espécies. Extinção da punibilidade.
15.Ação Penal. Conceito e classificação. Ação Penal Pública. Titularidade. Representação. Requisição. Crime complexo. Decadência. Ação Penal Privada. Espécies. Titularidade. Decadência. Renúncia. Perdão.
16. Extinção da Punibilidade. Conceito e condições objetivas. Aspectos gerais. O rol do art. 107 do C. Penal. A prescrição antes e depois do trânsito em julgado da sentença. Termo inicial. Causas impeditivas e interruptivas da prescrição. Efeitos do perdão judicial.

DISCIPLINA: **DIREITO PENAL III**

CÓDIGO: DPU 108 CRÉDITOS: 04 CARGA HORÁRIA: 60 h

PRÉ-REQUISITOS: Direito Penal II

EMENTA: Estuda os crimes em espécie, apresentando ao aluno os artigos da Parte Especial do Código Penal e os delitos previstos em leis esparsas.

PROGRAMA:
1. Introdução.
Divisão do Código Penal. Parte Geral e Parte Especial. Estrutura da Parte Especial. Parte Geral da Lei das Contravenções Penais (Decreto-lei nº. 3.688/41).
2. Crimes contra a pessoa
Crimes contra a vida: Homicídio. Induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio. Infanticídio. Aborto. Lesões corporais. Periclitação da vida e da saúde. Rixa. Crimes contra a honra: Calúnia, difamação e injúria. Crimes contra a liberdade individual e pessoal. Crimes contra a inviolabilidade do domicílio, de correspondência e dos segredos.
3. Crimes contra o patrimônio e contra a propriedade imaterial.
Furto, roubo e extorsão. Usurpação. Dano. Apropriação indébita. Estelionato e outras fraudes. Receptação. Crimes contra a propriedade intelectual.
4. Lei de Crimes Hediondos.
5. Crimes contra a organização do trabalho.
6. Crimes contra o sentimento religioso.
7. Crimes contra o respeito aos mortos.

DISCIPLINA: **DIREITO PENAL IV**

CÓDIGO: DPU 109 CRÉDITOS: 04 CARGA HORÁRIA: 60 h

PRÉ-REQUISITOS: Direito Penal III

EMENTA: Continua o estudo sobre os crimes em espécie presentes na Parte Especial do Código Penal e em leis esparsas.

PROGRAMA:
1. Crimes contra os costumes.
Crimes contra a liberdade sexual. Sedução, corrupção de menores e assédio sexual. Lenocínio e tráfico de mulheres. Ultraje público ao pudor.
2. Crimes contra a família.
Crimes contra o casamento. Crimes contra o estado de filiação. Crimes contra a assistência familiar. Crimes contra o pátrio poder, tutela ou curatela.
3. Crimes contra a incolumidade pública.
Crimes de perigo comum. Crimes contra a saúde pública.
4. Crimes contra a paz pública e a fé pública.
Crimes contra a paz pública. Moeda falsa. Falsidade documental. Falsidade de títulos e outros papéis públicos. Outras falsidades.
5. Crimes contra a administração pública.
Crimes praticados por funcionários públicos contra a administração em geral. Crimes praticados por particular contra a administração em geral. Crimes contra a administração da justiça.
6. Crimes Previstos na Lei de Tóxicos.
Estudo da Lei 11.343/2006
7. Crimes Previstos no Código de Trânsito.

DISCIPLINA: **TEORIA GERAL DO PROCESSO**

CÓDIGO: DPU 0038 CRÉDITOS: 04 CARGA HORÁRIA: 60 h

PRÉ-REQUISITOS: Direito Civil I e Direito Constitucional I

EMENTA: Centra-se, como é da tradição da doutrina e dos Cursos Jurídicos em nosso País, no estudo do Direito Processual Jurisdicional, mas não foge às noções gerais do processo como fenômeno jurídico presente nas áreas não judiciais, como a administrativa, a legislativa e a negocial. Ademais, fornece os conceitos e princípios básicos do Direito Processual, servindo como uma introdução geral a todas as suas disciplinas específicas (Direito Processual Civil, Penal e do Trabalho). Conscientiza o estudante da autonomia e da importância do Direito Processual, em virtude de sua imprescindível função instrumental, auxiliando, desse modo, a compreensão do Direito Material, a que serve.

PROGRAMA:
1. A Disciplina "Teoria Geral do Processo"
Conceito, objeto, função, conteúdo, espécies, posição do centro da Ciência do Direito e relações com outras Ciências Sociais.
2. Direito Processual
Conceito, função instrumental, denominação, divisão, autonomia, posição enciclopédia, relacionamento com os demais ramos do Direito e com outros fenômenos sociais.
3. Evolução histórica do Direito Processual
Da autotutela à jurisdição, principais períodos históricos, a formação do Direito Processual Brasileiro, seus ascendentes, a legislação lusa e a legislação nacional, das Ordenações aos Códigos e leis em vigor, situação atual, perspectivas. Neoconstitucionalismo e a Teoria Geral do Processo.
4. Arbitragem no Direito atual
Arbitragem como forma de resolução dos conflitos. Lei 9.307/696.
5. Princípios do Direito Processual
Função dos Princípios. Imparcialidade. Juiz Natural. Promotor Natural. Igualdade. Devido Processo. Contraditório. Ampla Defesa. Dispositivo. Impulso Oficial. Oralidade. Motivação das Decisões Judiciais. Publicidade. Lealdade Processual. Inadmissibilidade de Provas Ilícitas. Economia e Instrumentalidade Processual. Duração Razoável e Celeridade Processual. Duplo Grau de Jurisdição.
6. Norma Processual
Contraposição entre ela e a norma material, objeto, natureza, fontes em geral, fontes específicas, dimensões, eficácia no espaço e no tempo, interpretação e integração.
7. Da jurisdição
Conceito, natureza tríplice, distinção entre elas e as demais funções do Estado, características, princípios, poderes, extensão, limites, espécies. Jurisdição a partir do direito fundamental à tutela jurisdicional efetiva,
8. Atividade jurisdicional
Poder Judiciário, função, estrutura, órgãos, independência, garantias, serviços auxiliares, legislação respectiva; Ministério Público, função, estrutura, órgãos, independência, garantias, suas diferentes modalidades de atuação; advocacia, função, espécies, estruturas. Defensoria Pública.
9. Competência
Conceito, critérios, espécies.
10. Da ação
Conceito, natureza, evolução doutrinária

11. A Ação no Direito positivo.
Concepção adotada sob os ângulos constitucional e processual, admissibilidade e mérito, condições, elementos, classificação das ações.
12. A Defesa no Estado Constitucional
Direito de Defesa e Acesso à Justiça. Direito de Defesa no Código de Processo Civil e Penal. Colocação do problema, conceito, natureza e espécies.
13. Do Processo no Estado Democrático de Direito
Conceito Clássico e Contemporâneo. Evolução doutrinária. Processo na Perspectiva dos Direitos Fundamentais.
14. O processo no Direito Positivo.
Relação Jurídica processual: características, classificação dos processos; início e fim do processo.
15. Sujeitos do Processo.
O juiz sua função, posicionamento e atuação; as partes: conceito, capacidade para estar em juízo, capacidade postulatória, representação e substituição processuais, deveres, responsabilidade e substituição das partes e seus procuradores; noções de litisconsórcio, assistência e intervenção de terceiros.
16. Forma e processo.
Procedimento, formas e atos processuais: conceito e classificação; distinção entre processo e procedimento, instrumentalidade.
17. Pressupostos Processuais.
Citação, Petição Inicial, Competência, Imparcialidade, Investidura, Capacidades (de ser parte, estar em Juízo e postulatória). Pressupostos negativos: litispendência, coisa julgada, convenção de arbitragem. Pressupostos, sua relação com as condições da ação (juízo de admissibilidade).
18. Atos processuais.
Atos e Fatos processuais. Atos do Juiz, Auxiliares da Justiça e das Partes.

DISCIPLINA: **DIREITO PROCESSUAL CIVIL I**

CÓDIGO: DPU 107 CRÉDITOS: 04 CARGA HORÁRIA: 60 h

PRÉ-REQUISITOS: Teoria Geral do Processo

EMENTA: Esta disciplina objetiva rememorar os conceitos e princípios básicos do Direito Processual, aplicando-os ao processo civil, detalhando-os e aprofundando-os, além de servir para o estudo dos institutos elementares do processo de conhecimento.

PROGRAMA:
1. Direito Processual Civil
Autonomia. Ramo do Direito Público (ou do Estado). Finalidades do Processo Civil.
2. Competência
Competência Internacional. Competência Interna. Competência Funcional. Competência Territorial. Competência em Razão da Matéria. Competência em Razão do Valor. Critérios para fixação da competência. Competência Absoluta e Relativa. Modificação da Competência: Continência e Conexão.
3. Petição Inicial
Requisitos da Petição Inicial. Causa de Pedir e Pedido. Cumulação de Pedidos. Emenda à Petição Inicial. Indeferimento da Petição Inicial.
4. Comunicação dos Atos Processuais
Citação e Intimação.
5. Defesa do Réu
Contestação. Exceções de incompetência e de impedimento ou suspeição. Revelia e seus Efeitos. Reconvenção.
6. Participação no Processo
Litisconsórcio. Assistência. Nomeação à Autoria. Denunciação da lide. Chamamento ao Processo. Oposição. Substituição Processual.
7. Do Ministério Público
Atividades no Processo Civil. Formas de Participação.
8. Procedimentos
Procedimentos Comuns e Especiais. Procedimento Ordinário: fases. Procedimento Sumário: fases.
9. Da Audiência Preliminar
Conciliação. Fixação dos Pontos Controvertidos.
10. Antecipação da Tutela
Tutela Antecipada e Tutela Cautelar. Hipóteses.
11. Suspensão do Processo
Hipóteses

DISCIPLINA: **DIREITO PROCESSUAL CIVIL II**

CÓDIGO: DPU 110 CRÉDITOS: 04 CARGA HORÁRIA: 60 h

PRÉ-REQUISITOS: Direito Processual Civil I

EMENTA: Seguir com o estudo do Direito Processual Civil, centrando-se em pontos como a teoria das provas; a sentença, seus efeitos e eficácias e a teoria das nulidades processuais. Além disso, busca apresentar e explicar ao aluno o sistema recursal brasileiro.

PROGRAMA:
01. Audiência de Instrução e Julgamento
Providências
02. Provas no Processo Civil
Teoria Geral da Prova: busca da "verdade" processual e objeto da prova. Ônus da Prova. Fatos que independe de Prova. Poder Probatório do Juiz. Prova emprestada. Prova Ilícita e Descontaminação do Julgado. Procedimento Probatório. Depoimento Pessoal. Confissão. Exibição de Documento ou Coisa. Prova Documental. Prova Testemunhal. Prova Pericial. Inspeção Judicial.
03 Julgamento Antecipado do Processo
Julgamento Antecipado quando a Questão de Mérito for unicamente de Direito. Julgamento Antecipado no Caso de Revelia. A Antecipação da Tutela na Parte Incontroversa da Demanda.
04. Extinção do Processo Com ou Sem Resolução do Mérito
Hipóteses.
05. Sentença
Requisitos e Classificação. Sentença nas tutelas inibitórias, reintegratória, específica e ressarcitória.
06. Coisa Julgada
Coisa Julgada material e formal. Definições. Limites Objetivos e Subjetivos.
07. Preclusão
Conceito e Classificações. Efeitos.
08. Nulidades do Processo e da Sentença.
Vícios do Processo e da Sentença.
09. Juizados Especiais Cíveis
Leis 9.099/95 e 10.259/2001. Competência. Capacidade para Atuar nos Juizados. Procedimentos.
10. Recursos Cíveis
Teoria Geral dos Recursos: conceito e natureza; Diferença entre os Recursos e os Meios Autônomos de Impugnação das Decisões Judiciais. Princípios. Legitimidade Recursal. Objeto dos Recursos. Interesse Recursal. Efeitos: devolutivo, suspensivo, translativo, expansivo e substitutivo. Admissibilidade dos Recursos: Pressupostos Processuais. Apelação Cível. Reexame Necessário. Agravos. Recurso Especial. Recurso Extraordinário. Recurso Ordinário Constitucional. Embargos de Declaração. Embargos Infringentes. Recursos nos Juizados Especiais.

DISCIPLINA: **DIREITO PROCESSUAL CIVIL III**

CÓDIGO: DPU 111 CRÉDITOS: 04 CARGA HORÁRIA: 60 h

PRÉ-REQUISITOS: Direito Processual Civil III

EMENTA: A presente disciplina objetiva levar ao aluno uma idéia geral do cumprimento da sentença e do processo de execução, quer quanto aos conceitos básicos, quer quanto à sua teoria e, de forma mais abrangente, quanto às suas espécies. Deve fornecer ao aluno uma visão teórica e prática, com aulas expositivas, trabalhos individuais e em grupo, leituras interpretativas de artigos do CPC e das leis específicas, além de discussão de casos práticos da atualidade forense.

PROGRAMA:
1. Aspectos históricos
Idade Antiga (Roma) e Medieval. Execução nas Ordenações do Reino (Portugal). Processo de Execução no Brasil (Legislação Processual do Império. CPP 1939. CPC 1973. Alterações das Leis 11.232/2005 e outras)
2. Princípios aplicados ao Processo de Execução e ao Cumprimento da Sentença
Nulla Executio Sine Titulo. Execução Sem Título Permitida. Autonomia. Sincretismo entre cognição e execução. Tipicidade e atipicidade das medidas executivas.
3. Sentença e seus efeitos
Conceito de sentença. Resolução do mérito e prosseguimento do processo. Cognição e Execução.
4. Liquidação de Sentença
Devedor e Intimação. Liquidação definitiva e provisória. Espécies de Liquidação: por arbitramento (procedimento); por artigos (procedimento). Cálculos. Decisão sobre a liquidação.
5. Execução e devedor insolvente
Procedimento
6. Cumprimento da Sentença
Título Judicial. Requisitos. Competência para o cumprimento da sentença. Legitimidade. Prazo para cumprimento. Atos Atentatórios à Dignidade da Justiça. Poderes do magistrado. Procedimento para o cumprimento da sentença (penhora, arrematação e outras). Impugnação do executado (procedimento). Direito intertemporal.
7. Responsabilidade Patrimonial
Devedor e seus bens. Fraude à execução. Fiança e Espólio. Sociedade Empresária e os bens dos sócios.
8. Execução Provisória
Procedimento
9. Execução para Títulos Extrajudiciais
Títulos Extrajudiciais. Requisitos. Legitimidade. Competência. Execução por quantia (certa e incerta). Obrigação para entrega de coisa; obrigação de dar; obrigação de fazer e não fazer. Embargos do devedor.
10. Execução de Prestação Alimentícia
Procedimento
11. Sentença e Obrigação de Fazer, Não Fazer e Dar
Tutela específica e cumprimento da sentença. Procedimento. Multa. Tutela Inibitória. Poderes do magistrado para o cumprimento da sentença.
12. Execução contra a Fazenda Pública
Procedimento. Precatório e RPV.

13. Execução Fiscal
Procedimento
14. Execução nos Juizados Especiais
Procedimento

DISCIPLINA: **DIREITO PROCESSUAL CIVIL IV**

CÓDIGO: DPU 112 CRÉDITOS: 04 CARGA HORÁRIA: 60 h

PRÉ-REQUISITOS: Direito Processual Civil III

EMENTA: Disciplina que objetiva estudar a teoria geral do processo cautelar e seus regramentos. Também busca demonstrar ao aluno que esses regramentos, advindos de dispositivos do Código de Processo Civil, podem, em determinados casos atingir, mesmo subsidiariamente, procedimentos cautelares não codificados. Ademais, esta disciplina serve para o estudo dos procedimentos especiais, fornecendo ao estudante suporte indispensável a sua futura atividade de profissional do Direito.

PROGRAMA:
1. Teoria Geral do Processo Cautelar
Evolução da Tutela Cautelar. Tutela de Urgência. Tutela Cognitiva, Executiva e Cautelar.
2. Características da Tutela Cautelar
Urgência. Sumariedade. Referibilidade. Preventividade. Autonomia Procedimental. Acessoriedade. Revogabilidade.
3. Ação Cautelar
Condições. Fumus boni Iuris. Periculum in mora. Mérito na Tutela Cautelar?
4. Processo Cautelar
Poder geral de cautela dos magistrados. Competência. Procedimento. Extinção.
5. Procedimentos Cautelares Específicos
Arresto. Seqüestro. Busca e Apreensão. Exibição. Produção Antecipada de Provas. Alimentos provisionais.
6. Procedimentos Especiais no Processo Civil Brasileiro
Características e espécies.
7. Consignação em Pagamento
8. Depósito
9. Ações Possessórias
Aspectos gerais. Manutenção e reintegração de posse. Interdito proibitório.
10. Interdito Proibitório
11. Usucapião
12. Embargos de Terceiro
13. Inventário e Partilha
14. Procedimento Monitório
15. Procedimentos de Jurisdição Voluntária
Aspectos gerais. Separação consensual. Testamentos e codicílios. Curatela de interditos.
16. Procedimentos da Lei do Inquilinato

DISCIPLINA: **DIREITO ADMINISTRATIVO I**

CÓDIGO: DPU 020 CRÉDITOS: 04 CARGA HORÁRIA: 60 h

PRÉ-REQUISITOS: Direito Civil II e Direito Constitucional II

EMENTA: A disciplina tem por objetivo proporcionar o conhecimento básico dos preceitos e instituições do Direito Administrativo, procurando oferecer ao acadêmico de direito uma visão jurídico-científica da realidade que encontrará em sua vida profissional; devem ser examinados temas fundamentais da matéria como os princípios do regime jurídico-administrativo, serviço público, poder de política, poder normativo da administração pública, organização administrativa (administração pública direta e indireta) e atos administrativos.

PROGRAMA:

1. Introdução ao direito administrativo.

Evolução do direito público. Regime jurídico-administrativo e função administrativa. Bases do regime jurídico-administrativo. Conceito de direito administrativo.

2. Princípios constitucionais do regime jurídico-administrativo.

Importância da Constituição para o regime jurídico-administrativo brasileiro. Princípio da legalidade administrativa e seus desdobramentos. Princípio da motivação. Princípio da publicidade. Devido processo legal administrativo. Princípio da moralidade administrativa. Princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional dos atos administrativos. Princípio da responsabilidade do Estado por comportamentos administrativos. Princípio da eficiência.

3. Serviço público.

O problema do conceito de serviço público. Serviços públicos e obras públicas. Serviços públicos e poder de polícia. Serviço público e atividade econômica na Constituição Federal.

4. Poder de polícia.

Conceito de poder de polícia. Sobre a supremacia especial da Administração. Conteúdo do poder de polícia. Polícia administrativa e polícia judiciária. Atos de polícia administrativa

5. Poder normativo da Administração.

Regulação e atividade administrativa. Conceito de regulamento. O regulamento e o princípio da legalidade. Pressupostos e finalidade da competência regulamentar. Limites ao regulamento. Objeto da competência regulamentar. Outros atos gerais.

6. Organização administrativa (administração pública direta e indireta).

Noção de personalidade jurídica. Sobre os órgãos públicos. Competências administrativas. Centralização e descentralização administrativa. Administração direta e administração indireta. Autarquias e fundações. Empresas estatais: empresas públicas e sociedades de economia mista. Sobre os consórcios públicos.

7. Atos administrativos.

Conceito de ato administrativo. Existência, validade e eficácia dos atos administrativos. Requisitos do ato administrativo. O silêncio no direito administrativo. Atributos dos atos administrativos. Classificação dos atos administrativos. Vinculação e discricionariedade. Espécies de atos administrativos. Sobre o procedimento administrativo. Extinção dos atos administrativos (panorama). Revogação. Invalidades dos atos administrativos.

DISCIPLINA: **DIREITO ADMINISTRATIVO II**

CÓDIGO: DPU 021 CRÉDITOS: 04 CARGA HORÁRIA: 60

PRÉ-REQUISITOS: Direito Administrativo I

EMENTA: A disciplina tem por objetivo proporcionar o conhecimento básico dos preceitos e instituições do Direito Administrativo, procurando oferecer ao acadêmico de direito uma visão jurídico-científica da realidade que encontrará em sua vida profissional; devem ser examinados temas fundamentais da matéria como servidores públicos, licitações, contratos administrativos, bens públicos, intervenção estatal na propriedade privada, responsabilidade extracontratual do Estado e controle da administração pública.

PROGRAMA:

1 Servidores públicos.

Agentes Públicos. Noção de servidor público. Regime constitucional dos servidores estatais.Regime constitucional dos servidores públicos estatutários. Cargos públicos. Provimento em cargo público. Direitos e vantagens dos servidores públicos estatutários.

2. Licitação.

Princípio da isonomia como fundamento da licitação. Natureza jurídica da licitação. Aplicação dos princípios na licitação. Pressupostos e objeto da licitação. Modalidades de licitação. Registros cadastrais. Procedimento da licitação. Recursos administrativos. Invalidação e revogação.

3. Contratos administrativos.

Noção de contrato administrativo. Alteração dos contratos administrativos. Prazo e prorrogação dos contratos administrativos. Requisitos procedimentais e formalização do contrato administrativo. Eficácia dos contratos administrativos. Condições de pagamento. Execução do contrato administrativo. Sanções administrativas e penais. Equilíbrio econômico-financeiro. Extinção do contrato administrativo. Panorama das modalidades de contratos administrativos. Sobre os convênios.

4. Bens públicos.

Regime jurídico dos bens públicos. Bens públicos imóveis. Aquisição e alienação de bens públicos. Utilização dos bens públicos pelos administrados.

5. Intervenção estatal na propriedade privada.

Relação entre o Estado e a propriedade privada. Conceito de desapropriação. Requisitos da desapropriação. Aspectos pertinentes à competência na desapropriação. Objeto da desapropriação. Procedimento de desapropriação. Justa indenização na desapropriação. Controle jurisdicional da desapropriação. Sobre a retrocessão e o direito de preferência. Requisição. Servidão administrativa.

6. Responsabilidade extracontratual do Estado.

Noção de responsabilidade do Estado. Teorias da responsabilidade do Estado. Responsabilidade extracontratual do Estado por comportamentos administrativos. Responsabilidade do Estado por ato legislativo. Responsabilidade do Estado por atos jurisdicionais. Reparação do dano.

7. Controle da administração pública.

Noção de controle da administração pública. Controle administrativo. Controle legislativo. Controle jurisdicional. Prescrição e decadência no direito administrativo.

DISCIPLINA: **DIREITO ADMINISTRATIVO III**

CÓDIGO: DPU 202 CRÉDITOS: 04 CARGA HORÁRIA: 60 h

PRÉ-REQUISITOS: Direito Administrativo II

EMENTA: A disciplina tem por objetivo proporcionar o conhecimento básico dos preceitos e instituições do Direito Administrativo, procurando oferecer ao acadêmico de direito uma visão jurídico-científica da realidade que encontrará em sua vida profissional; devem ser examinados temas fundamentais da matéria como processo administrativo, infrações e sanções administrativas, poder disciplinar da administração pública, improbidade administrativa, direito das agências reguladoras, e parcerias na administração pública.

PROGRAMA:

1. Processo administrativo.

Noção de processo administrativo. Requisitos do processo Processo administrativo e Estado de Direito. Objetivos do procedimento administrativo. Espécies de procedimento administrativo. Princípios específicos do procedimento. Obrigatoriedade do procedimento. Fases do procedimento. Revogação, invalidação e convalidação.

2. Infrações e sanções administrativas.

Introdução ao direito administrativo sancionador. Sujeito infrator e sujeito responsável. Excludentes da infração ou da sanção. Princípios do direito administrativo sancionador. Medidas cautelares em processo sancionador. Classificação das sanções administrativas. Sobre as multas.

3. Poder disciplinar da administração pública.

Fundamentos do poder disciplinar da administração pública. Deveres e proibições dos servidores públicos estatutários. Sanções disciplinares no regime jurídico dos servidores públicos estatutários. Sindicância e processo administrativo disciplinar

4. Improbidade administrativa.

Probidade administrativa na Constituição Federal. Elementos do ato de improbidade administrativa. Sanções por ato de improbidade administrativa. Procedimento administrativo. Aspectos processuais da improbidade administrativa.

5. Direito das agências reguladoras.

A idéia do Estado Regulador. Fundamentos constitucionais das agências reguladoras. Regime jurídico das agências reguladoras. Regulação das telecomunicações. Regulação da energia elétrica e da energia nuclear. Regulação na área do petróleo e gás natural. Regulação dos recursos hídricos. Regulação dos transportes. Regulação dos serviços públicos estaduais. Regulação dos serviços públicos municipais.

6. Privatização e descentralização na prestação de serviços públicos.

Origens da privatização. Privatização no direito positivo brasileiro. A questão da descentralização na prestação de serviços públicos. Limites constitucionais à privatização e descentralização de serviços públicos.

7. Concessão de serviços públicos.

Noções gerais da concessão de serviço público. Condições para a outorga do serviço público em concessão. Licitação para concessão de serviço público. Contrato de concessão. Prazo e prorrogação. Serviço adequado. Poderes do concedente. Política tarifária. Direitos dos usuários. Extinção da concessão. Reversão dos bens e assunção do serviço. Responsabilidade na concessão de serviço público. Permissão de serviço público. Parcerias público-privadas (PPP).

8. Terceiro setor.

Idéia do terceiro setor. Serviços sociais autônomos. Entidades de apoio. Organizações sociais. Organizações civis de interesse público.

9. Parcerias especiais na administração pública.

Tensão entre legalidade e eficiência administrativa. Franquia. Terceirização. Contratos de gestão. Casos polêmicos.

DISCIPLINA: **DIREITO AMBIENTAL**

CÓDIGO: DPU 119 CRÉDITOS: 04 CARGA HORÁRIA: 60 h

PRÉ-REQUISITOS: Direito Constitucional II e Direito Administrativo II

EMENTA: Introdução ao direito ambiental. Princípios gerais do direito ambiental. Meio ambiente na Constituição Federal. Sistema Nacional do Meio Ambiente. Instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente. Recursos hídricos. Aspectos jurídicos da poluição. Áreas de preservação permanente (florestas e fauna). Meio ambiente e energia. Patrimônio ambiental cultural e artificial. Zona costeira. Elementos de direito ambiental internacional.

PROGRAMA:
1. Introdução ao direito ambiental.
2. Princípios gerais do direito ambiental.
3. Meio ambiente na Constituição Federal.
4. Sistema Nacional do Meio Ambiente.
5. Instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente.
6. Recursos hídricos.
7. Aspectos jurídicos da poluição.
8. Áreas de preservação permanente (florestas e fauna).
9. Meio ambiente e energia.
10. Patrimônio ambiental cultural e artificial.
11. Zona costeira.
12. Elementos de direito ambiental internacional.

DISCIPLINA: **DIREITO CONSTITUCIONAL I**

CÓDIGO: DPU 203 CRÉDITOS: 04 CARGA HORÁRIA: 60 h

PRÉ-REQUISITOS: Introdução ao Estudo do Direito; Ciência Política e Sociologia e Antropologia Geral

EMENTA: Esta disciplina objetiva o estudo inicial do Direito Constitucional, tratando de sua evolução e conceitos gerais, notadamente a Teoria da Constituição, além de alguns direitos e garantias individuais e coletivos.

PROGRAMA:

1. Introdução ao direito constitucional.

Constitucionalismo e Constituição. Classificação das Constituições. Aplicabilidade das normas constitucionais. Interpretação das normas constitucionais. Sobre o preâmbulo constitucional.

2. Poder Constituinte.

Teoria do Poder Constituinte. Poder Constituinte originário. Poder Constituinte derivado. Uma breve evolução histórica das Constituições brasileiras.

3. Princípios fundamentais.

Noção de princípio jurídico. Os princípios fundamentais da Constituição. Princípio republicano e princípio federativo. Fundamentos e objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil. Princípio da separação dos poderes. Princípio do Estado Democrático de Direito. Princípio democrático. Princípios regentes das relações internacionais.

4. Teoria dos direitos fundamentais.

Sobre a existência de direitos fundamentais. Direitos fundamentais de primeira geração. Direitos fundamentais de segunda geração. Direitos fundamentais de terceira geração. Direitos fundamentais de quarta geração. Direitos fundamentais e constituições contemporâneas. Natureza e alcance dos direitos fundamentais no ordenamento jurídico.

5. Direitos e garantias individuais e coletivos.

Fundamentos constitucionais. Direito à vida. Direito à privacidade. Direito de igualdade. Direito de propriedade. Direito de liberdade. Direitos do Consumidor. Direito à informação. Direitos coletivos. Instrumentos processuais para a defesa dos direitos individuais e coletivos.

6. Direitos sociais.

Fundamentos constitucionais. Direitos sociais relativos aos trabalhadores. Direitos coletivos dos trabalhadores. Direitos sociais relativos à seguridade. Direitos sociais relativos à educação e à cultura. Direitos sociais relativos à moradia e ao meio ambiente. Direitos sociais da criança e dos idosos.

7. Direitos da nacionalidade.

Fundamentos do direito de nacionalidade. Direito de nacionalidade brasileira. Distinções entre brasileiros natos e brasileiros naturalizados. Perda da nacionalidade brasileira. Condição jurídica do estrangeiro.

DISCIPLINA: **DIREITO CONSTITUCIONAL II**

CÓDIGO: DPU 204 CRÉDITOS: 04 CARGA HORÁRIA: 60 h

PRÉ-REQUISITOS: Direito Constitucional I

EMENTA: Prossegue no estudo do Direito Constitucional, apresentando ao aluno a organização político-administrativa do Estado brasileiro e os seus Poderes. Além disso, estuda o processo legislativo, a ordem econômica e financeira na Constituição Federal de 1988 e o controle de constitucionalidade.

PROGRAMA:

1. Organização político-administrativa.

Regras de organização. União. Estados-membros. Municípios. Distrito Federal. Sobre os territórios. Formação dos Estados-membros e dos Municípios. Vedações constitucionais de natureza federativa. Repartição de competências. Intervenção.

2. Organização dos Poderes e do Ministério Público.

Princípio da separação funcional do poder. Poder Legislativo. Poder Executivo. Poder Judiciário. Ministério Público. Advocacia.

3. Processo legislativo.

Noções gerais. Fase de iniciativa. Fase constitutiva. Fase complementar. Espécies normativas. Medidas provisórias. Lei delegada. Decreto legislativo. Resolução. Leis orçamentárias

4. Direitos Políticos.

Direitos Político e Cidadania. Inalistáveis e Inelegíveis. Perda e Suspensão. Aspectos Gerais dos Partidos Políticos.

5. Defesa do Estado e das instituições democráticas.

Sistema constitucional de crises. Estado de defesa. Estado de sítio. Forças Armadas. Segurança pública.

6. Ordem econômica, ordem financeira e ordem social.

Princípios gerais da ordem econômica. Política urbana. Política agrícola e fundiária. Sistema financeiro nacional. Fundamentos da ordem social. Seguridade social. Ordem constitucional da cultura. Família, criança, adolescente e idoso. Índios.

7. Controle de constitucionalidade.

Noções gerais. Controle preventivo de constitucionalidade. Controle repressivo de constitucionalidade realizado pelo Poder Legislativo. Controle repressivo realizado pelo Poder Judiciário. Controle difuso ou aberto (via de exceção ou defesa). Ação direta de inconstitucionalidade genérica. Ação direta de inconstitucionalidade interventiva. Ação direta de inconstitucionalidade por omissão. Ação declaratória de constitucionalidade. Argüição de descumprimento de preceito fundamental.

8. Elementos de direito constitucional estadual.

Poder Constituinte dos Estados-membros e seus limites. Evolução histórica do direito constitucional estadual. Aspectos gerais da Constituição do Estado do Rio Grande do Norte. Questões atuais do direito constitucional estadual.

DISCIPLINA: **DIREITO DA SEGURIDADE SOCIAL**

CÓDIGO: DPU 205 CRÉDITOS: 04 CARGA HORÁRIA: 60 h

PRÉ-REQUISITOS: Direito Constitucional II; Direito Administrativo II e Direito do Trabalho I.

EMENTA: Introdução ao direito da seguridade social e ao regime constitucional da seguridade social. Estuda ainda o custeio da seguridade social e o sistema da previdência social e assistência social, além da saúde e a previdência privada.

PROGRAMA:
1. Introdução ao direito da seguridade social.
2. Regime constitucional da seguridade social.
3. Custeio da seguridade social.
4. Previdência social.
5. Assistência social.
6. Saúde.
7. Previdência privada.
8. Regulação da saúde privada.

DISCIPLINA: **DIREITO ECONÔMICO**

CÓDIGO: DPU 206 CRÉDITOS: 04 CARGA HORÁRIA: 60 h

PRÉ-REQUISITOS: Direito Constitucional II; Direito Empresarial I e Direito Administrativo II.

EMENTA: Esta disciplina serve de introdução ao direito econômico e é dedicada ao estudo dos princípios constitucionais da atividade econômica, do poder econômico, da intervenção do Estado na atividade econômica, do direito das agências reguladoras, das parcerias na administração pública e dos elementos de direito concorrencial.

PROGRAMA:
1. Introdução ao direito econômico.
2. Princípios constitucionais da atividade econômica.
3. Poder econômico.
4. Intervenção do Estado na atividade econômica.
5. Direito das agências reguladoras.
6. Parcerias na administração pública.
7. Elementos de direito concorrencial.

DISCIPLINA: **DIREITO ELEITORAL**

CÓDIGO: DPU 116 CRÉDITOS: 02 CARGA HORÁRIA: 30 h

PRÉ-REQUISITOS: Direito Constitucional II

EMENTA: Estuda a teoria geral do direito eleitoral e partidário; os partidos políticos no direito brasileiro; o sistema eleitoral brasileiro e a Justiça Eleitoral no Brasil.

PROGRAMA:
1. Teoria geral do direito eleitoral e partidário.
2. Partidos políticos no direito brasileiro.
3. Sistema eleitoral brasileiro.
4. Justiça Eleitoral no Brasil.

DISCIPLINA: **DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO**

CÓDIGO: DPR 015 CRÉDITOS: 02 CARGA HORÁRIA: 30 h

PRÉ-REQUISITOS: Direito Civil II e Direito Civil VII

EMENTA: Objetiva o estudo dos aspectos gerais do Direito Internacional Privado, seus sistemas doutrinários e evolução histórica; normas jusprivatistas internacionais; a aplicação do direito estrangeiro pelo juiz; os atos e negócios jurídicos; os conflito de leis em matéria de obrigações e os conflito de leis em matéria de sucessões.

PROGRAMA:
1. Conceito de direito internacional privado.
2. Sistemas doutrinários e evolução histórica.
3. Normas jusprivatistas internacionais.
4. Os elementos de conexão.Introdução ao direito municipal.
5. Aplicação do direito estrangeiro pelo juiz.
6. Atos e negócios jurídicos.
7. Conflito de leis em matéria de obrigações.
8. Conflito de leis em matéria de sucessões.
9. A pessoa jurídica.

DISCIPLINA: **DIREITO URBANÍSTICO**

CÓDIGO: DPU 207 CRÉDITOS: 02 CARGA HORÁRIA: 30 h

PRÉ-REQUISITOS: Direito Constitucional II e Direito Administrativo II

EMENTA: Disciplina dedicada à introdução ao estudo do Direito Urbanístico, tratando da disciplina urbanística da propriedade privada; do planejamento urbanístico; da ordenação jurídico-urbanística do solo; da ordenação de áreas de interesse urbanístico especial e dos instrumentos de intervenção urbanística.

PROGRAMA:
1. Introdução ao Direito Urbanístico.
2. Disciplina urbanística da propriedade privada.
3. Ordenação de áreas de interesse urbanístico especial.
4. Instrumentos de intervenção urbanística.

DISCIPLINA: **DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO**

CÓDIGO: DPU 125 CRÉDITOS: 04 CARGA HORÁRIA: 60 h

PRÉ-REQUISITOS: Direito Civil II e Direito Constitucional II

EMENTA: Objetiva o estudo dos principais conceitos do Direito Internacional Público, como a noção de pessoa; as fontes do Direito Internacional Público; os aspectos fundamentais dos Tratados; as imunidades; aspectos jurídicos das guerras e a pontos atuais da disciplina.

PROGRAMA:
1. Introdução
Apresentação da disciplina, métodos, bibliografia.
2. Sociedade e Direito Internacional
Evolução histórica (Idades Antiga; Média; Moderna e Contemporânea)
3. Teoria das pessoas do Direito Internacional Público
Estado (surgimento, reconhecimento, sucessão, desaparecimento); Organizações Internacionais (destacando ONU e OEA); O ser humano.
4. Fontes de Direito Internacional Público
Costume; Equidade; Doutrina; jurisprudência das Cortes Internacionais; Tratados; Princípios gerais de Direito.
5. Tratados Internacionais
Classificação; Processo de elaboração; condições de validade; Entrada em vigor, efeitos, revisão e término; Reserva; Interpretação; Tratados no Direito interno brasileiro
6. Imunidades
Imunidade dos agentes diplomáticos e dos consulares.
7. Solução de litígios
Meios diplomáticos; Arbitragem; Meios coercitivos.
8. Guerra
Classificação; Declaração; Meios de ataque (lícitos e ilícitos); Direitos e Deveres; Término da Guerra; Crimes de Guerra.
9. Integração, soberania e globalização
A nova ordem e as tendências do Direito Internacional.

DISCIPLINA: **DIREITO DAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS**

CÓDIGO: DPU 211 CRÉDITOS: 02 CARGA HORÁRIA: 30 h

PRÉ-REQUISITOS: Direito Internacional Público

EMENTA: Estuda os aspectos jurídicos das organizações internacionais, como a O.N.U e a O.E.A.

PROGRAMA:
1. Introdução
Apresentação da disciplina, métodos, bibliografia.
2. Evolução do Direito Internacional Público
Evolução histórica (Idades Antiga; Média; Moderna e Contemporânea)
3. Teoria das pessoas do Direito Internacional Público
Estados; Organizações Internacionais e organizações não-governamentais.
4. Teoria Geral das Organizações Internacionais
Conceitos e elementos
5. A Organização das Nações Unidas
Histórico; Estudo da Carta da ONU; Normas de organização e funcionamento; Órgãos e comitês.
6. Organização dos Estados Americanos
Histórico; Estudo da carta constitutiva; Normas de organização e funcionamento; Órgãos e comitês.
7. Outras organizações internacionais
Mercosul; NAFTA; Organizações Africanas e Asiáticas.

DISCIPLINA: **INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO**

CÓDIGO: DPU 100 CRÉDITOS: 06 CARGA HORÁRIA: 90 h

PRÉ-REQUISITOS: --

EMENTA: Essa disciplina, assumindo seu caráter enciclopédico e epistemológico, busca formar idéias e conceitos necessários à compreensão da Ciência do Direito, úteis para todas as demais disciplinas jurídicas. Parte, portanto, das noções preliminares sobre normatividade social, conceito de Direito e de Ciência do Direito, ressaltando os conceitos de elaboração científico-jurídica e as principais correntes epistemológico-jurídicas (Jusnaturalismo, Empirismo Exegético, Historicismo Jurídico, Positivismo Jurídico, Racionalismo Dogmático e Culturalismo Jurídico). Em seguida, aborda a normatividade social, com destaque para a Ética e a Moral, bem como para os fundamentos do Direito. Dentro do propósito de desenvolver um pensamento crítico da Ciência do Direito, aborda o conhecimento da estrutura lógico-jurídica e realiza uma introdução à Dogmática Hermenêutica e à Teoria da Argumentação. Procura, por fim, conferir uma visão sintética da Teoria Geral do Direito, desde o estudo das divisões e dicotomias do Direito, até o estudo de suas fontes, normas e aspectos estruturais.

PROGRAMA:
1. Noções preliminares do Direito
Perfil histórico. Definição e elementos.
2. Direito e ciências afins
3. Direito e ciência
Direito como ciência – objeto e tipo de ciência
4. Epistemologia jurídica
Doutrina da Ciência do Direito. Dogmática jurídica
5. Ética e Teoria da Cultura
6. Direito e Moral
7. Teorias do pensamento jurídico
Jusnaturalismo ou Racionalismo Metafísico. Empirismo Exegético. Historicismo Jurídico. Positivismo Jurídico. Racionalismo dogmático ou Normativismo de Kelsen. Culturalismo Jurídico. Fundamentos do Direito (Direito e igualdade e Teorias da justiça)
9. Dicotomias e divisões do Direito
10. Fontes do Direito
Classificação das fontes. Legislação. Costumes, jurisprudência e doutrina.
11. Norma jurídica
Classificação. Validade, vigência e eficácia.
12. Introdução à Dogmática hermenêutica e à Teoria da Argumentação
13. Aspectos estruturais do Direito
Natureza do direito subjetivo e sua classificação. Abuso do direito. Relação jurídica, dever e responsabilidade. Sujeito e objeto do Direito.
14. Fatos jurídicos
Conceito e classificação. O ato jurídico: elementos constitutivos e classificação. Defeitos dos atos jurídicos: nulidade, anulabilidade e ato inexistente.

DISCIPLINA: **FILOSOFIA DO DIREITO**

CÓDIGO: DPU 033 CRÉDITOS: 04 CARGA HORÁRIA: 60 h

PRÉ-REQUISITOS: Introdução ao Estudo do Direito; Filosofia Geral e História do Direito

EMENTA: Essa disciplina busca realizar um estudo epistemológico da Filosofia do Direito, iniciando o aluno no pensamento jusfilosófico ocidental e estimulando-lhes o pensar reflexivo para oferecer-lhes uma propedêutica à idéia de justiça. Ao final, aborda temas fundamentais da Filosofia do Direito, como a relação do Direito com a Moral e a Ética; Direito e Justiça; Direito, linguagem e discurso, com destaque para a Retórica de Chaïm Perelman; Direito, poder e legitimidade e Direito e Ideologia.

PROGRAMA:
1. Introdução à Jusfilosofia
2. Roteiro histórico da Filosofia do Direito
Antigüidade greco-romana (Sofistas; Sócrates; Platão; Aristóteles; Epicurismo; Cícero e a Filosofia do Direito em Roma Antiga). Idade Média e Idade Moderna (Justiça cristã; Santo Agostinho; São Tomás de Aquino; Escola Clássica do Direito Natural; Rousseau; Utilitarismo; Kant; Hegel).
3. Filosofia do Direito Contemporânea:
Karl Marx. Positivismo Jurídico. Hans Kelsen. Carlos Cossio. Miguel Reale. Hannah Arendt. Theodor Viehweg.
4. Introdução aos temas fundamentais da Filosofia do Direito
Direito, Moral e Ética. Direito e Justiça. Direito, linguagem e discurso (a Retórica de Chaïm Perelman). Direito, poder e legitimidade. Direito e Ideologia.

DISCIPLINA: **INTRODUÇÃO À FILOSOFIA E À ÉTICA**

CÓDIGO: FIL CRÉDITOS: 04 CARGA HORÁRIA: 60

PRÉ-REQUISITOS: --

EMENTA:

PROGRAMA:

DISCIPLINA: **ÉTICA PROFISSIONAL**

CÓDIGO: DPU 127 CRÉDITOS: 02 CARGA HORÁRIA: 30

PRÉ-REQUISITOS: --

EMENTA:

PROGRAMA:

DISCIPLINA: **PSICOLOGIA APLICADA AO DIREITO**

CÓDIGO: -- CRÉDITOS: 02 CARGA HORÁRIA: 30 h

PRÉ-REQUISITOS: --

EMENTA: Essa disciplina pretende ampliar a compreensão do aluno sobre os fenômenos sociais e humanos, sobre os quais se debruça o profissional do Direito, a partir de sua introdução no campo de conhecimento da ciência que estuda a subjetividade, a Psicologia. Para isso, partir-se-á do estudo dos elementos dessa ciência, englobando o desenvolvimento de mecanismos de integração e socialização e os fundamentos teóricos de caráter geral (aprendizagem, personalidade, comunicação; a entrevista; stress; elementos teóricos da relação profissional do Direito/assistido), para alcançar sua importância no estudo do Direito, principalmente para o entendimento das bases psicológicas do comportamento, da comunicação, da resolução dos conflitos e do exercício do poder. Por fim, será estudada a atuação profissional na Psicologia Jurídica, com destaque para suas implicações no sistema oficial de Justiça, os elementos de conciliação e mediação e a construção da verdade jurídica.

PROGRAMA:
1. Elementos de Psicologia
Desenvolvimento de mecanismos de integração e socialização. Fundamentos teóricos de caráter geral: aprendizagem, personalidade, comunicação; a entrevista; stress; elementos teóricos da relação profissional do Direito/assistido.
2. Psicologia no Direito
Bases psicológicas do comportamento. Comunicação. Conflito e resolução. Liderança e Poder.
3. Conceitos e instrumentos de trabalho da Psicologia Jurídica
A lei, o desejo e as prescrições
4. Atuação profissional na Psicologia Jurídica
Psiquiatria, Psicologia e Psicanálise no sistema oficial de Justiça. Elementos de conciliação e mediação. A construção da verdade jurídica

DISCIPLINA: **METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO**

CÓDIGO: BIB 001 CRÉDITOS: 02 CARGA HORÁRIA: 30 h

PRÉ-REQUISITOS: --

EMENTA: A disciplina possibilitará ao aluno conhecer as características do ensino e do estudo na Universidade, além de instrumentá-lo para a realização de trabalhos científicos, baseado em pesquisa bibliográfica. Para isso, serão discutidas as técnicas de leitura, fichamento, pesquisa e apresentação de trabalhos científicos.

PROGRAMA:
1. Universidade: ensino e estudo.
2. Métodos de estudo
3. Leitura
Ler, resumir, fichar. Processo de sumarização.
4. As etapas da pesquisa bibliográfica
Formulação de um problema. Levantamento de dados. Biblioteca e seus recursos. Levantamento bibliográfico. Referências bibliográficas.
5. Estruturação do trabalho científico
Projeto de pesquisa. Elaboração de trabalho científico (artigos, relatórios, "papers", seminários, comunicações científicas, monografias, dissertações e teses).

DISCIPLINA: **HISTÓRIA DO DIREITO**

CÓDIGO: DPU 121 CRÉDITOS: 02 CARGA HORÁRIA: 30 h

PRÉ-REQUISITOS: --

EMENTA: Realizando o encontro entre História e Direito, essa disciplina averigua a gênese do Direito, desde os povos sem escrita, passando pelos sistemas jurídicos da Antigüidade e pelos sistemas jurídicos tradicionais não-europeus, até alcançar os direitos europeus medievais e modernos. Por fim, aborda a História do Direito no Brasil e de seus institutos mais relevantes.

PROGRAMA:
1. Direito: historicidade e sociedades históricas
Antigüidade Histórica Oriental - Asiática. Direito e civilização. Estado e religião. Sociedade e Direito. Formações sociais fundamentais e o Direito.
2. Sistemas jurídicos da Antigüidade.
Grécia: a) Cidade- Estado. b) Filosofia. c) Política, Ética e Direito. Roma: a) Sociedade e Estado escravistas. b) Idéia jurídica objetiva. c) Direito Romano: positividade e codificação.
3. Direito na Idade Média.
Primado do pensamento teológico. Ordem feudal e Direito. Igreja, religião, Direito. . Direito e Teologia. Justiça e lei.
4. Direito e Humanismo (I).
Jusnaturalismo. Iluminismo. Revoluções burguesas: Capitalismo. Direito e Política. Direito e Economia. Crítica do Pensamento Moderno (Positivismo). Formulações contemporâneas: conservadoras, alternativas, revolucionárias.

DISCIPLINA:**HERMENÊUTICA JURÍDICA E TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO**

CÓDIGO: DPU 215 CRÉDITOS: 04 CARGA HORÁRIA: 60 h

PRÉ-REQUISITOS: História do Direito; Direito Civil I; Direito Constitucional I

EMENTA: A disciplina pretende abordar a Hermenêutica e a aplicação do Direito a partir do estudo dos métodos e tipos de interpretação e da análise das Escolas hermenêuticas. Em seguida, aborda a distinção entre interpretação e integração, para depois estudar a Retórica e a teoria da argumentação e sua aplicabilidade no Direito. Por fim, analisa os âmbitos da argumentação (demonstração e argumentação, persuasão e convencimento, efeitos da argumentação, argumentação e violência), bem como suas premissas e técnicas, para refletir sobre os argumentos baseados na estrutura do real e a ineração dos argumentos.

PROGRAMA:
1. Parâmetros metodológicos e procedimentos acadêmicos
2. Hermenêutica Jurídica
Hermenêutica da Lei e hermenêutica do fato. Como entender a matéria-prima: o Direito (importância)
Conceito e definição. Interpretação, lógica e sociedade. Classificação: agentes, meios, resultado. Tipos: lógico-sistemático, histórico-evolutivo, a nova hermenêutica (tópica e proporcionalidade). Construção da norma jurídica. O Direito como sistema autopoiético: perspectiva reduzida. A construção da Norma Jurídica: a teoria pura.
3. Semiótica
Direito e linguagem. A pragmática jurídica. Validade e efetividade. Lógica Deôntica. Os planos do jurídico. A proposição jurídica. Relação de causalidade jurídica: a tipificação. Níveis de invalidade. Nulidade. A inconstitucionalidade. Dados lógicos e políticos do tema. Critérios para solução de antinomias e valoração. Integração jurídica.
5. Técnicas
Sistemas de interpretação. Eficácia e aplicabilidade da legislação: classificação. Costumes. Jurisprudência
Direito Comparado. Desuso. Leis interpretativas. Conceitos indeterminados. Contradições. Teleologia e opção filosófica: objetivos políticos, sociais e jurídicas. Dados sociológicos. Princípios. Repristinação e atos excepcionais
6. Direito Público e Privado
Hermenêutica constitucional: Defesa da Constituição? Quem é controlado e quem é defendido na constitucionalidade das normas. Direito Comercial e Civil. Direito Penal. Direito Tributário.

DISCIPLINA: **ECONOMIA POLÍTICA**

CÓDIGO: ECO 120 CRÉDITOS: 04 CARGA HORÁRIA: 60 h

PRÉ-REQUISITOS: --

EMENTA: Essa disciplina busca introduzir os conceitos econômicos sob a perspectiva jurídica, analisar as relações entre Economia e Direito e debater com os alunos temas como política econômica, desenvolvimento, tributação e finanças públicas.

PROGRAMA:
1. Introdução crítica à Ciência Econômica
Origem e evolução. Principais escolas econômicas. Conceito de Economia. Autonomia e inter-relações. Metodologia: os métodos de investigação. Sub-ramos da Economia
2. Conceitos básicos
Oferta e procura. Fatores de produção. Riqueza e valor. Estruturas básicas de mercado Noções de Microeconomia. Fundamentos da Macroeconomia.
3.Fundamentos políticos das decisões econômicas
4.Teorias da Economia Política
Economia ortodoxa e Heterodoxia. Monetarismo
5. Economia capitalista contemporânea
Consumo de massa. Mercado nacional, internacional e transnacional. Globalização e internacionalização da Economia. Noções de desenvolvimento econômico. Crises da Economia Política. Limites, possibilidades e responsabilidades da Economia Política. A economia brasileira e as políticas econômicas neo-liberais. Significado econômico da atividade empresarial.
6. Economia e Direito
Conceito, finalidades e instrumentos da Política Econômica. Desenvolvimento regional. A estrutura produtiva no Brasil e no Nordeste brasileiro. Pólos econômicos e desigualdade de renda. Desemprego. Competitividade. Incentivos fiscais

DISCIPLINA: **SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA GERAL**

CÓDIGO: -- CRÉDITOS: 04 CARGA HORÁRIA: 60 h

PRÉ-REQUISITOS: --

EMENTA: Partindo da diversidade cultural e das formas de pensar, essa disciplina introduz o aluno em duas ciências sociais fundamentais – Antropologia e Sociologia – colhendo seus fundamentos, origem e conceitos fundamentais para relacioná-los com temas problemáticos para o Direito, como o estudo do homem em sociedade, da família e os costumes em seu âmbito produzidos e reproduzidos, da religião e das crenças, das questões de gênero, da antropologia da violência e da globalização e democracia.

PROGRAMA:
1. Fundamentos da Antropologia.
2. Diversidade cultural e formas de pensar.
3. Antropologia e Direito.
Relações e utilidade teórica da Antropologia para o Direito. Função social do Direito. Limitações do Direito na resolução dos conflitos. Antropologia da violência.
4. Elementos de Sociologia
Origem. Conceitos fundamentais. Problemas. Temas relevantes. A sociedade. O homem em sociedade. Família e costumes. Religião e crenças. Questões de gênero. Globalização e democracia.

DISCIPLINA: **SOCIOLOGIA JURÍDICA**

CÓDIGO: DPU 025 CRÉDITOS: 02 CARGA HORÁRIA: 30 h

PRÉ-REQUISITOS: Introdução ao Estudo do Direito; Sociologia e Antropologia Geral e História do Direito.

EMENTA: Essa disciplina pretende a aproximação epistemológica da Sociologia com o Direito, a partir da análise dos fundamentos e da história comuns. Com isso, serão objeto de discussão os instrumentos de controle social, a utilização da ideologia nesse controle, as perspectivas de mudança social, o tratamento sócio-jurídico dos conflitos e a dicotomia entre o Direito formal e o direito informal, sem olvidar a análise dos sistemas sócio-econômicos e da relação do Direito com a globalização.

PROGRAMA:

1. A Sociologia e o Direito

A Ciência do Direito ao encontro da Sociologia. O direito como fato social: a racionalidade do método positivo. A divisão do trabalho social e o direito: Émile Durkheim; Ordem Jurídica e econômica, direito estatal e extra-estatal: Max Weber; O determinismo econômico e seu mecanismo de transformação da sociedade: Karl Marx. A teoria do "direito vivo" de Eugen Ehrlich; A escola da "sociologia jurisprudence" : Roscoe Pound; A teoria do pluralismo jurídico: George Gurvitch; O direito como generalização congruente: Niklas Luhmann; A pesquisa em sociologia jurídica.

2. O DIREITO E A CULTURA

A ordem simbólica e seus conteúdos. O direito como fato institucional. O direito enquanto "fato social total". O direito e a mudança sociocultural. Controle social e direito. Ideologia e direito.

3. DIREITO E CIDADANIA

O conceito jurídico e sociológico de cidadania. O pluralismo jurídico e a ética da alteridade. A justiça como eqüidade: em busca de uma práxis alternativa do direito.

DISCIPLINA: **DIREITO PROCESSUAL PENAL I**

CÓDIGO: DPU 018 CRÉDITOS: 04 CARGA HORÁRIA: 60 h

PRÉ-REQUISITOS: Teoria Geral do Processo; Direito Constitucional II e Direito Penal II.

EMENTA: Esta disciplina objetiva fornecer, ao estudante, dentro da temática da participação política, visão crítica do Direito Processual Penal, visto enquanto instrumento de tutela das liberdades e limitação do direito de punir. Também busca rememorar os conceitos e princípios básicos do Direito Processual, aplicando-os ao processo penal, detalhando-os e aprofundando-os, a fim de servir como introdução ao Direito Processual Penal. Ainda, estuda os aspectos gerais dessa disciplina, especialmente aqueles referentes ao Processo de Conhecimento em primeira instância e capacitar o estudante dos fundamentos da disciplina sob as perspectivas do conhecimento científico-cultural e profissional.

PROGRAMA:
1. Conceitos Básicos do Direito Processual Penal.
Rememoração e aplicação, no processo penal, dos conceitos de jurisdição, ação e processo; espécies de jurisdição e competência; condições da ação, admissibilidade e mérito; relação processual e seus pressupostos; princípios processuais aplicáveis ao processo penal; Direito Processual Penal Positivo, o CPP(especialmente sua estrutura) e mais legislação processual penal em vigor; espécies processuais; processo e procedimento.
2. Aspectos Gerais de Direito Processual Penal
Colocação do tema dentro da perspectiva da atividade investigatória e do direito de liberdade. Inquérito policial: definição, natureza jurídica, finalidade, fundamentos, espécies, características, competência, valor, início, procedimento, conclusão, arquivamento. Direito de liberdade com ou sem fiança; prisão processual diante do princípio da não culpabilidade. conceito, fundamentos, finalidade, espécies, requisitos, efetivação.
3. Competência no âmbito do Direito Processual Penal
Análise dos critérios de definição da competência e a posição da jurisprudência: conceito; critério de distribuição objetivo e funcional; competência de distribuição; continência, conexão, prevenção; conflito de competência
4. Petição inicial.
Ação penal de iniciativa pública condicionada e incondicionada, representação, requisição, decadência; ação penal de iniciativa privada, decadência, renúncia, retratação, procuração; queixa penal subsidiária; Requisitos, documentos indispensáveis(justa causa), aditamento e complementação; o pedido e sua modificação e cumulação; vícios da inicial, seu indeferimento, natureza deste e recurso cabível. Assistentência; litisconsórcio.
5. Resposta do réu.
Aspectos gerais; defesa prévia: conceito, requisitos, forma, conteúdo, princípio da eventualidade, objeções processuais e impugnações meritórias; exceções: especificidade do conceito, oportunidade e procedimento; exceção da verdade.
6. Providências Preliminares e do Julgamento.
Aplicação dos efeitos da revelia; incidentes processuais; fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do pedido; alegações do réu; questões prejudiciais; extinção do feito; saneamento. Sentença; requisititos.
7. Provas.
Teoria geral da prova: conceito, objeto, princípios, ônus, classificação, oportunidades de produção, sistemas de apreciação, presunções, máximas da experiência; meios de prova em espécie.

8. Audiência.
Aspectos gerais, princípio da oralidade, transação, fixação de pontos controvertidos, debates orais, razões finais, documentação dos atos, estrutura, adiamento, antecipação, direção(poder de polícia).
9. Sentença e coisa julgada.
Sentença: conceito, requisitos, efeitos, emendas, publicação, registro, intimação, emendatio e mutatio libelli; sentenças sujeitas ao duplo grau de jurisdição. Coisa julgada: problemática conceitual, classificação, limites objetivos e subjetivos.
10. Procedimento sumário
Casos de aplicação e peculiaridades; a utilização subsidiária das normas do procedimento ordinário.

DISCIPLINA: **DIREITO PROCESSUAL PENAL II.**

CÓDIGO: DPU 019 CRÉDITOS: 04 CARGA HORÁRIA: 60 h

PRÉ-REQUISITOS: Direito Processual Penal I

EMENTA: Prossegue no estudo do Direito Processual Penal agora com relação aos procedimentos especiais, abordando também o procedimento quanto às ações originárias da competência dos Tribunais. Estuda o procedimento do Tribunal do Júri, mostrando-o como forma de expressão da soberania popular e julgamento de eqüidade, e apresenta a teoria geral dos recursos e suas espécies no Direito Processual Penal. Assim, fornece ao estudante um suporte indispensável a sua futura atividade processual do Direito, sem perder de vista a posição crítica a respeito.

PROGRAMA:

1. Procedimentos especiais.

Noções gerais; procedimento dos crimes: de falência; de responsabilidade de funcionários públicos; contra a honra; contra a propriedade imaterial; de abuso de autoridade; de tráfico de entorpecentes; eleitorais; dos juizados especiais criminais.

2. Procedimento nos crimes de competência originária dos tribunais.

Colocação do tema. Petição inicial; defesa; recebimento; instrução; julgamento, publicação e intimação.

3. Ações autônomas (Habeas Corpus, Mandado de Segurança e Revisão Criminal)

Conceito, casos, legitimidade, peculiaridades procedimentais, prazos, sentença; a problemática da impugnação de coisa julgada diante do binômio justiça-segurança.

4. Tribunal do Júri.

Investigação histórica da instituição. Função política, definição, princípios constitucionais.

5. Organização do Tribunal do Júri.

Formação da lista geral; composição do corpo de jurados para a pauta de julgamento; convocação.

6. Primeira fase.

Sumário de culpa; pronúncia; impronúncia; desclassificação; absolvição sumária.

7. Segunda fase.

Libelo; contrariedade; desaforamento. Julgamento: providências preparatórias; sessão do júri; quesitos; votação; condenação; absolvição.

8. Nulidades.

Abordagem dos vícios processuais; considerações; conceito; natureza jurídica; sistemas processuais; espécies, absoluta e relativa; hipóteses; princípios; características; momento de argüição.

9. Teoria Geral dos Recursos.

Apresentação do tema; matéria recursal no CPP; conceito, pressupostos gerais, admissibilidade, espécies; extinção anormal: deserção, desistência e renúncia.

10. Recursos em espécie.

Recursos ordinários e extraordinários: casos, pressupostos específicos, legitimidade, efeitos, prazos, peculiaridade, ordem dos processos no tribunal.

DISCIPLINA: **DIREITO PENAL V**

CÓDIGO: CRÉDITOS: 04 CARGA HORÁRIA: 60 h

PRÉ-REQUISITOS: Direito Penal IV

EMENTA: A disciplina Direito Penal V contempla espécies de crimes previstas na legislação esparsa, notadamente no âmbito das chamadas criminalidades moderna, econômica e sofisticada. Abrange enfoques relativos à expansão e limites do direito penal moderno, bem como abriga análises sobre conseqüências do processo globalizador no sistema de controle punitivo. Admitindo a impossibilidade de abordar as inúmeras espécies de crimes decorrentes da duradoura inflação legislativa no Brasil, opta-se por centrar o debate nos modos de construção dogmática do direito penal contemporâneo, com análise crítica sobre o seu sentido e seus fundamentos.

PROGRAMA:
O Direito Penal da Globalização.
A Expansão do Direito Penal.
O Sentido, Os Fundamentos e os Limites do Direito Penal.
A Globalização do Crime e seu Impacto nos Sistemas Periféricos.
UNIDADE II – Criminalidade Moderna e Problemas Dogmáticos
1. O Princípio da Legalidade e A Criminalidade Moderna. Problemas Inerentes à Tipificação.
2. Bem Jurídico-Penal na Criminalidade Moderna.
3. A Imputação: A Dissolução da Responsabilidade Individual.
4. Problemas inerentes ao Juízo de Culpabilidade.
5. Causas de Extinção da Punibilidade nos "Crimes Modernos".
UNIDADE III – Criminalidade Moderna e Pena
Fundamento, Sentido e Aplicação das Penas nos Crimes Sofisticados.
O Ocaso das Penas Pecuniárias.
A Crise da Pena Privativa de Liberdade e sua Aplicação a Agentes de Colarinho Branco.
4. A Criminalidade Sofisticada e o Comportamento da Jurisprudência. A Desigualdade na Administração da Justiça: Mito ou Realidade?
UNIDADE IV – O Crime Organizado.
1. Em Busca de Um Conceito de Crime Organizado. Características do Fenômeno. Crime Organizado e Direito Emergencial.
2. O Crime Organizado no Brasil. Histórico e Perspectivas.
3. A Lei do Crime Organizado e sua Aplicabilidade. Principais Categorias.
4. Os Rumos Viáveis do Direito Penal Contemporâneo em Relação ao Crime Organizado.
UNIDADE V - Crimes contra a Ordem Tributária.
1. Bem Jurídico Tutelado. Fundamentação de um Discurso Punitivo em Matéria Penal Tributária no Brasil.
2. Sujeitos do Delito. Tipos Objetivos. Tipos Subjetivos. Penas. Excludentes de Culpabilidade. Extinção da Punibilidade.
UNIDADE VI - Crimes contra o Sistema Financeiro
1.Conceito e Constituição do Sistema Financeiro Nacional. Instituições Financeiras. Instituições Financeiras por Equiparação.
2. Bem Jurídico dos Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional.
3. Sujeitos do Delito.
4. Tipos Penais da Lei nº 7.492/86.
5. Aspectos Processuais da Lei nº 7.492/86.

UNIDADE VII - Crimes de Lavagem de Dinheiro.
1.O Fenômeno da Lavagem de Dinheiro. O Surgimento da Reação contra a Lavagem de Dinheiro.
2. Bem Jurídico Protegido nos Tipos de Lavagem.
3. Tipos Objetivos e Tipos Subjetivos.
4. Relações entre o Crime Precedente e o Tipo de Lavagem. Lavagem de Dinheiro e Associação Criminosa.
UNIDADE VIII – Crimes contra a Ordem Econômica e as Relações de Consumo.

DISCIPLINA: **EXECUÇÃO PENAL**

CÓDIGO: CRÉDITOS: 04 CARGA HORÁRIA: 60 h

PRÉ-REQUISITOS: Direito Processual Penal II.

EMENTA: A disciplina Execução Penal contempla aspectos importantes relativos ao cumprimento da sentença condenatória. Abrange enfoques relativos à Lei de Execução Penal, notadamente sobre o procedimento adotado para a aplicação da pena.

PROGRAMA:
1. História da Execução Penal no Brasil. Fundamentos Históricos e Filosóficos da Lei de Execução Penal.
2. Do Objeto e da aplicação da Lei de Execução Penal.
3. Do Condenado e da Assistência. Direitos e deveres na Execução Penal
4. Dos Órgãos da Execução Penal e suas competências. Dos estabelecimentos penais.
5. Da Execução das penas privativas de liberdade.
6. Da Execução das penas restritivas de Direito.
7. Da suspensão condicional da Execução da Pena de Multa.
8. Da Execução das medidas de segurança.
9. Dos incidentes de Execução. Procedimento judicial.
10. Medidas sócio-educativas. Considerações gerais.

DISCIPLINA: **CRIMINOLOGIA**

CÓDIGO: CRÉDITOS: 02 CARGA HORÁRIA: 30 h

PRÉ-REQUISITOS: Direito Penal II

EMENTA: 1. Introdução à Criminologia. 2. Posição da Criminologia em relação a outras ciências. 3. Formas atuação e métodos de trabalho aplicados pela Criminologia. 4. O ensino e a difusão da Criminologia. 5. Teorias sobre a criminalidade. 6. O crime como fato social complexo. 7. Instituições sociais relacionadas com o crime. 8. Os conflitos na administração da justiça criminal. 9. A Criminogênese. O crime como fenômeno de massa. 10. A extensão da criminalidade no mundo e no Brasil. 11. O custo do crime. A economia da criminalidade. Previsão da criminalidade. 12. O crime como fenômeno isolado. Estudo do homicídio. 13. Tipologia criminal: Classificação de tipos criminosos. 14. Análise das manifestações criminais. As atividades repressivas, preventivas e educacionais para diminuir os índices de criminalidade.

PROGRAMA:
1. Introdução à Criminologia. 1.1. Conceito de Criminologia. 1.2. Posição da Criminologia em relação a outras ciências: Direito Penal. Processo Penal. Sociologia. Antropologia. Criminalística. Política Criminal. Psicologia. Psiquiatria. Economia. 1.3. As diversas unidades que compõem a Criminologia. 1.4. Formas atuação e métodos de trabalho aplicados pela Criminologia. 1.5. O ensino e a difusão da Criminologia. 1.6. Teorias biológicas. 1.7. Teorias sociológicas. 1.8. Teorias psicológicas. 1.9. A Nova Criminologia ou Criminologia Radical histórico e posição da escola em face do crime e do criminoso. 2. O crime como fato social complexo. 2.1. O crime como fato social. 2.2. Evolução do conceito de crime. 2.3. Instituições sociais relacionadas com o crime: as Polícias, o Poder Judiciário, o Ministério Público e os sistemas penitenciários. 2.4. Os conflitos na administração da justiça criminal. 3. A Criminogênese. 3.1. Conceito. 3.2. O crime como fenômeno de massa: Narcotráfico, terrorismo e crime organizado. 3.3. A extensão da criminalidade no mundo e no Brasil. 3.4. O custo do crime. A economia da criminalidade. Previsão da criminalidade. 3.5. O crime como fenômeno isolado. Estudo do homicídio. 3.6. Tipologia criminal: Classificação de tipos criminosos: Criminoso nato; criminoso ocasional; criminoso habitual ou profissional; criminoso passional; criminoso alienado; criminoso menor (delinqüência juvenil); a mulher criminosa. Crimes militares. Crimes políticos etc. 3.7. Análise das manifestações criminais. As atividades repressivas, preventivas e educacionais para diminuir os índices de criminalidade.

DISCIPLINA: **DIREITO PROCESSUAL CIVIL V**

CÓDIGO: CRÉDITOS: 02 CARGA HORÁRIA: 30 h

PRÉ-REQUISITOS: Direito Processual Civil IV

EMENTA: Disciplina destinada ao aprofundamento em alguns tópicos do Direito Processual Civil. Oferece ao aluno uma visão mais abrangente sobre o funcionamento dos Tribunais, detalhando algumas ações e recursos previstos no Direito brasileiro.

PROGRAMA:
1. Organização do Poder Judiciário brasileiro.
2. Competência, organização e funcionamento do Supremo Tribunal Federal.
2. Competência, organização e funcionamento do Superior Tribunal de Justiça.
3. Competência, organização e funcionamento da Justiça Federal.
4. Competência, organização e funcionamento da Justiça do Trabalho.
5. Competência, organização e funcionamento da Justiça Eleitoral.
6. Competência, organização e funcionamento da Justiça Estadual.
7. Da ordem dos processos nos tribunais.
8. Da ação rescisória, homologação de sentença estrangeira e do conflito de competência.